COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



A GUERRA:
DO SÉCULO XIX AOS NOSSOS DIAS

ADRIANA IOP BELLINTANI
MAURO BELLINTANI

EDITORA UFRR

A GUERRA:

DO SÉCULO XIX AOS NOSSOS DIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

Reitora:
Gioconda Santos e Souza Martinez

Vice-Reitor:
Reginaldo Gomes de Oliveira

Pró-Reitora de Graduação:
Fábio Luiz Wankler

EDITORA DA UFRR
Diretor da EDUFRR:
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev
Ana Lia Farias Vale
Avery Milton Veríssimo de Carvalho
Cássio Sanguini Sergio
Fábio Luíz Wankler
Guido Nunes Lopes
Gustavo Vargas Cohen
Leonardo Uilan Dall Evedove
Luís Felipe P. de Almeida
Marisa Barbosa Araújo Luna
Rileuda de Sena Rebouças
Rodrigo Schutz Rodrigue

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av . Cap . Ene Garcez, 2413, Aeroporto - CEP .: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone:+55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



Volume 9

A GUERRA: DO SÉCULO XIX AOS NOSSOS DIAS

ADRIANA IOP BELLINTANI
MAURO BELLINTANI



BOA VISTA/RR
2014

Copyright © 2014

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão:
Adriana Iop Bellintani

Capa:
Berto Batalha Machado Carvalho

Projeto Gráfico e diagramação:
Berto Batalha Machado Carvalho
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Organizadores da Coleção
Elói Martins Senhoras
Maurício Zouein

Conselho Editorial
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Maurício Elias Zouein
Sandra Gomes
Sônia Costa Padilha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

B444g BELLINTANI, Adriana Iop; BELLINTANI, Mauro

A guerra: do século XIX aos nossos dias. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014, 171 p.

Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 9. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

ISBN: 978-85-8288-040-1

1- Política Externa. 2 - Guerra. 3 - Militarismo. 4 - Nacionalismo. I – Título. II -. Bellintani, Mauro. III. Série

CDU – 327

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

"A soberania dos estados, os conflitos de interesses, o realismo e o pragmatismo da política nacional e internacional, a instrumentalização das normas jurídicas pelos Estados, as iniciativas sociais autonomistas ou integradas apontam para uma nova arquitetura do poliedro social, no qual o fator cultural se alçou à posição de primeira grandeza." (MARTINS, 2007, p. 141).

EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas da comunicação social e das políticas públicas.

O selo "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *praxis*, seja na comunicação social, seja nas políticas públicas, e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento sobre as relações internacionais *lato sensu* por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein
(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

PREFÁCIO

Guerra e paz

Se queres a paz, prepara a guerra. O adágio latino de Vegécio paira como uma sombra multissecular sobre a realidade do mundo, de que o contemporâneo não se exime. Se a guerra armada deixou de ser a forma predominante de continuar a política por outros meios, como preconiza Clausewitz, múltiplas formas de guerrear vêm sendo inventadas nas últimas décadas. Modos duros de fazer política, de fazer valer a força ou sua ameaça seguem pesando sobre os mais diversos destinos no mundo atual. As mais variadas formas de conflito espocam por toda a parte, em graus e intensidades por vezes assustadores.

Os séculos XIX e XX estão repletos de guerras, conflitos, sublevações, revoluções, golpes de todos os matizes. O livro da professora Dra. Adriana Iop Bellintani e do Coronel Mauro Bellintani coloca à disposição do leitor um panorama, em boa e bem-vinda síntese, das grandes teorias da guerra e dos formatos clássicos ou modificados que elas possuem desde o período napoleônico.

A questão da guerra está obviamente sempre conexa com a questão da paz. Ao se acompanhar a história contemporânea, em

especial a da construção europeia do pós-1945, lê-se e ouve-se com frequência que a União Europeia, em sua origem, destinava-se, antes de tudo, à preservação da paz. Bem precioso, cuja permanência no continente europeu desde 1945 é louvada e relembrada a cada ano, nas comemorações do dia da Europa, a 9 de maio.

Guerra e paz. O romance de Leon Tolstói debate-se com o mundo (e não apenas russo) desordenado e desorientado pelas guerras napoleônicas. Em meados do século XIX a desordem provocada pela guerra ainda marca profundamente os espíritos e as sociedades. O duro e doloroso desafio da guerra atraiu pois seus teóricos e seus críticos, como Adriana e Mauro Bellintani expõem. Debruçar-se sobre as grandes linhas de reflexão que envolvem o fenômeno da guerra é um requisito da vida contemporânea, tanto para entender historicamente como se chegou a tantos conflitos, como para compreender a defesa vigorosa da necessidade de os evitar.

Os autores apresentados neste livro fornecem ao estudioso interessado um leque relevante de posições teóricas e pragmáticas. Com efeito, entre protagonistas e analistas, o itinerário percorrido e as análises desenvolvidas permitem ao leitor entrar em profícuo contato com a realidade praticada por guerreiros ativos, como Napoleão e Foch, por guerreiros mitigados pela preocupação crítica

com o sentido da violência, como Clausewitz e De Gaulle, e com a distância altaneira e indignada de um Raymond Aron.

Na segunda metade do século XX as condições da vida em paz, com a memória traumática de duas guerras mundiais, em especial no teatro europeu de operações, são objeto de busca incessante, quando não frenética. Conhecer os contrastes e deixar uma memória ponderada anima o general Charles de Gaulle e seu compatriota Raymond Aron. Ambos crescem sob o impacto dos conflitos da segunda metade do século XIX. De Gaulle nasceu em 1890 e Aron em 1905. Como muitos outros, tiveram que fazer ou sofrer a guerra. Mal por vezes inevitável para evitar ou afastar algo pior. Mas nunca algo a ser buscado como se possuísse algum valor intrínseco. Estamos, depois de quase dois séculos de sofrimentos, muito longe do neo-hobbesianismo de um Proudhon em 1861.

A guerra perdeu quaisquer possíveis encantos cavalheirescos que pudesse ter suscitado ou cultivado no passado. Sua banalização, como a do mal, sua disseminação em incontáveis formas de conflito mais ou menos explícito, mais ou menos velado, tornou-a mais difusa, menos controlável, quem sabe mesmo mais despercebida da opinião pública, nacional como internacional. As frentes de batalha deixaram de ser claras, os estandartes já não são mais brandidos de

modo visível. Os campos de combate espalham-se por os mais diversos recantos da vida coletiva e individual.

A leitura do presente livro abre um vasto horizonte de reflexão, com a vantagem de acrescentar um convite a pensar os riscos de descaracterização da sociedade e de desumanização do quotidiano. As tecnologias da informação, as concorrências comerciais, a permeabilidade das fronteiras em tempos de globalização, dentre tantos outros fatores, transformam os papeis das instituições, modificam os objetivos das ações do Estado, impõem evolução inelutável aos atores da guerra e da paz, como as forças armadas, por exemplo.

Conhecer o legado dos séculos XIX e XX na sofrida experiência da guerra e na árdua construção da paz é um ganho digno de nota, que a leitura deste livro proporciona.

Estevão Chaves de Rezende Martins
Professor titular da Universidade de Brasília
Departamento de História e Instituto de Relações Internacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO 1 | 27
A guerra no século XIX

CAPÍTULO 2 | 61
A guerra no século XX

CAPÍTULO 3 | 105
A guerra no século XXI

CONSIDERAÇÕES FINAIS 139

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 149

BIOGRAFIAS 161

À minha amada filha Helena.

Aos meus alunos,
dos cursos de História e Relações Internacionais.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A pesquisa que compõe este livro versa sobre os avanços do pensamento de guerra de estrategistas, desde o século XIX até o século XXI. Tem por objetivo repensar as mudanças espaciais, políticas e militares no período de intensa globalização e desenvolvimento tecnológico.

Um dos mais antigos escritos sobre a arte da guerra remonta de uma cultura oriental, da antiguidade chinesa, no legado de Sun Tzu, que elaborou treze capítulos sobre o tema. Não há precisão sobre o período que sua obra foi escrita, mas calcula-se que isso tenha ocorrido entre os anos 481-221 aC.

Sun Tzu, ao considerar as guerras de extrema importância para os impérios, defende estratégia e eficácia no seu desenvolver: "A guerra é de vital importância para a nação. É o domínio da vida ou da morte, o caminho para a sobrevivência ou a destruição. É necessário avaliá-la corretamente." (2012:29)

Em sua concepção para prever o desfecho de um conflito, destaca a necessidade de se conhecer o caminho, ou seja, os meios de interação entre o povo e seu governo; o tempo, como as estações do ano; o terreno, que podemos entender como a área de atuação, o relevo, a hidrografia, as facilidades e dificuldades de penetração e

recuo; ter liderança, coragem, ousadia, determinação; e ter regras, como hierarquia e pressupostos de condutas.

A guerra é a arte da dissimulação, do engano. E, para evitar perdas desnecessárias e não cansar as tropas, a guerra deve ser rápida. E ao vencer o inimigo, este e sua fortuna devem ser preservados, pois, de acordo com Sun Tzu, ao aniquilar a nação inimiga, acaba-se com os ganhos de guerra. Portanto é aconselhável destruir os planos e as alianças do inimigo, pois dominar um Estado rico e forte aumenta o prestígio do dominador.

O conhecimento de suas limitações e possibilidades, bem como das condições e preparo do inimigo, é um dos postulados de Sun Tzu, como bem elucida esta máxima:

> Conheça a si mesmo e ao inimigo e, em cem batalhas, você nunca correrá perigo. Conheça a si mesmo, mas desconheça o inimigo, e suas chances de ganhar e perder são iguais. Desconheça a si mesmo e ao inimigo e você sempre correrá perigo. (2012:47)

Na arte da guerra o ataque é preferível à defesa. Sun estabelece algumas regras de guerra como: mensuração das coisas, avaliação, cálculo, comparação e vitória. E neste contexto ele afirma que o exército vitorioso é aquele que ataca o ponto fraco do inimigo, onde não há possibilidade de defesa, e quando tiver que se executar uma defesa, o faz onde o inimigo não parece atacar.

As guerras diferem umas das outras e a vitória na guerra nunca é igual, ela se modifica de acordo com as circunstâncias. A guerra não possui forma constante e igualitária, por isso Sun considera que a vitória é conseqüência de um gênio militar. Portanto a força em combate deve se adequar às circunstâncias variadas de terreno, tempo, estratégia, tática e às surpresas do inimigo.

Sun elabora um manual de guerra no qual reafirma sua ideia de preservar o inimigo: “Se ele foge, não o persiga. Não ataque suas tropas de elite. Não prove da sua comida. Não detenha um exército de volta para casa. Deixe sempre uma saída de fuga. Não acosse um inimigo desesperado.” (2012:80)

A manobra e a velocidade são importantes para Sun, que em um período histórico bastante longínquo postula sobre o que posteriormente chamou-se de mobilidade de guerra. No século XII, Gêngis Kahn (1162-1227), que através de conquistas forma o grande Império Mongol, também valoriza a mobilidade do arco e flecha montado em cavalos a galope.

Outro tema colocado em relevância por Sun Tzu é o papel do comandante e de suas ordens, que devem ser claras para que seus subordinados as entendam e possam cumprir suas determinações sem falhas ou rebeldias. O respeito ao comandante e a execução de suas

ordens é um ponto bastante defendido por outros estrategistas, como Napoleão Bonaparte (1769-1821).

Napoleão e suas práticas de guerra tornam-se o referencial dos destinos e estudos da guerra, da tática e da estratégia no século XIX. Bonaparte usa a história como fonte de informação e análise dos erros e acertos de outros generais e comandantes. Longe de pensar em repetir a história ou mesmo que as guerras sejam parecidas ou iguais, Bonaparte reflete sobre a guerra no contexto histórico, político e militar.

E neste contexto Napoleão estuda os feitos de Alexandre III (356 aC – 323 aC), Rei da Macedônia, que conquistara terras que iam dos Bálcãs à Índia, o Egito e o Afeganistão; Aníbal Barca (247 aC – 183 aC), general cartaginês, que lutou na Segunda Guerra Púnica contra Roma; Caio Julio César (100 aC – 44 aC), líder militar da República Romana, que participou das guerras na Gália e estendeu o domínio romano até o Oceano Atlântico; e Gustavo Adolfo (1594 – 1632), rei da Suécia, que ficou conhecido por *Leão do Norte* por seus progressos na arte da guerra, lutando contra Polônia, Dinamarca e Rússia, entre outros.

Bonaparte, considerado por muitos historiadores e militares como um gênio militar, reestrutura as fileiras do Exército Francês após a Revolução Francesa e lança as bases para uma guerra de ataque, com economia de forças, formação de grandes unidades,

hierarquia militar, obediência, papel relevante do comandante, o que transforma o Exército Francês na "*grand muette*".

Após toda a experiência da Revolução Francesa (1789-1799), que leva os "*sans cullottes*" para as ruas e faz a guerra entre estados, contrapondo camponeses e elite e levando a França ao fim do absolutismo monárquico, Bonaparte chega ao poder, após o triunfo nas campanhas na Itália.

A política externa de Napoleão volta-se para derrotar comercialmente a Inglaterra, pretenso inimigo francês, e ao mesmo tempo anexar os países europeus, reconfigurando o mapa do continente. Ele reestrutura o exército e suas funções junto à sociedade, e assim evita a insurgência de seus militares contra o poder constituído.

As ações militares de Bonaparte inspiram o surgimento do clássico de história militar "Da Guerra" (1832) de Carl Von Clausewitz (1780-1831), prussiano que estuda as campanhas de Bonaparte para conhecer suas táticas e estratégias. Ele escreve sobre seus feitos e formas de vencer uma batalha. A obra de Clausewitz é publicada por sua esposa após sua morte e torna-se um clássico de história militar.

Acompanhando o pensamento de Bonaparte e Clausewitz, no século XX, Ferdinand Foch (1851-1929), oficial do Exército Francês

escreve a obra "Princípios da Guerra" (1906) retratando as lições de Bonaparte e enfatizando a história militar como ponto de partida para vencer a guerra. Foch segue à risca os preceitos napoleônicos durante a Primeira Guerra Mundial e seus ensinamentos são compartilhados nas escolas militares francesas, principalmente na Escola de Estado-Maior.

Ainda no século XX, a França conta com os importantes trabalhos sobre guerra realizados por Charles De Gaulle (1890-1970) que, discordando dos ensinamentos de Foch por considerá-los ultrapassados para o período, defende uma força mecanizada. A França no período entre-guerras mantém seu pensamento estratégico voltado para a guerra de trincheiras, enquanto o Exército Alemão, humilhado pelo Tratado de Versalhes (1919), investe em pesada mecanização da força.

Para estes estrategistas dos séculos XIX e XX, a guerra é interestatal, conduzida por um Estado a serviço de um poder político constituído. O final da Segunda Guerra acarreta o surgimento da Guerra Fria, marcada pela bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, bem como pela ameaça iminente da proliferação nuclear.

A reorganização mundial após a Guerra Fria com a Perestróica, Glasnost e a queda do muro de Berlim levam o mundo a novas transformações no campo econômico, político e militar, e as relações internacionais passam a ser repensadas pela comunidade

epistêmica. A globalização intensifica o comércio, as trocas, e a internacionalização dos produtos põem em cheque algumas questões como soberania nacional e delimitações de fronteiras.

Os Estados Unidos emergem como o *hegemom* num sistema de unipolaridade devido à sua supremacia militar que é comprovada em vários eventos e conflitos na década de 90, como a Guerra ao Iraque. Os avanços tecnológicos, cibernéticos, as comunicações rápidas e o mundo em rede, os aviões e pilotos robôs levam a uma nova era e a uma guerra moderna que transcende os ensinamentos de Sun, Napoleão e outros estrategistas que marcaram suas épocas.

Para registrar a evolução da guerra no decorrer dos séculos XIX, XX e XXI, este trabalho se divide em três capítulos. O primeiro aborda o século XIX por meio da reflexão sobre os ensinamentos de Bonaparte e Clausewitz quanto à guerra, às formas de guerrear, ao preparo militar e a outros princípios militares.

O segundo capítulo se detém no século XX ao mostrar o pensamento de Ferdinand Foch, Charles De Gaulle e do sociólogo Raymund Aron (1905-1983), que muito estuda sobre a guerra e seus aspectos históricos e sociológicos, bem como contextualiza o período entre-guerras e mostra a divergência entre as ideias de Foch e De Gaulle.

O terceiro capítulo analisa as mudanças ocasionadas pós-Guerra Fria nas relações internacionais e no pensar a guerra, considerando os avanços tecnológicos, os campos de emprego, as formas de atuação dos exércitos constituídos e a ameaça de forças não institucionalizadas ou não estatais.

Pensar a guerra nos diferentes períodos e contextos históricos e internacionais por intermédio de grandes estrategistas e das mudanças contemporâneas é a proposta sobre qual nos debruçamos. Repensar a guerra, guiado pelos pensamentos e análises destes escritores, conduz à reflexão atual do que é a guerra e como ela está presente, em nosso cotidiano, nas mais variadas formas de percepção do sujeito, do estado e das organizações internacionais.

CAPÍTULO 1

A guerra no século XIX

A GUERRA NO SÉCULO XIX

A guerra é o fim ao qual se destina todo exército. Para o entendimento das ideias de guerra, é necessária a compreensão da concepção de guerra que norteia o universo da doutrina no mundo, para quem as beligerâncias podem ser de três tipos: absoluta, real e total.

A guerra absoluta compreende o emprego total de violência, com vistas a massacrar, aniquilar, ou desarmar o inimigo. É o conflito sem controle, sem limites, que leva à destruição do adversário. Todos os recursos possíveis devem ser utilizados pelos combatentes, pois eles irão até as últimas conseqüências, visto que a hostilidade entre as partes, nesse tipo de confronto, atinge seu ápice.

A guerra real é aquela em que a força está subordinada à realidade, estabelecendo-se em uma relação de relatividade com a política. "A política realista corresponde à guerra real. A política ideológica, à guerra absoluta" (De Bray, 1958:81-82). Todo atrito, logicamente, está diretamente relacionado ao poderio de seu estado; o que difere, na guerra real, é que ela não pretende o aniquilamento do inimigo, mas a obtenção do objetivo político.

A guerra total é a guerra nacional. Ela envolve todo país no conflito; por isso, a denominação de nacional. Conforme Martins: "A

noção de guerra total significa, nesse momento, que "todos" teriam, na guerra, uma questão pessoal a resolver" (1994:231). É também considerada guerra moderna. Ela demanda avanços rápidos sobre o inimigo e, para tal, é preciso que toda nação esteja apta a se engajar no conflito, sem hesitação. Os rápidos sucessos iniciais derivam da capacidade de boa mobilização.

A mobilidade requer excelente e extensa rede férrea e amplo sistema rodoviário. O plano de mobilização registra minuciosamente o que fazer em caso de conflito, distribuindo funções a cada indivíduo da nação. Na guerra total, considera-se que todo armamento que o estado possui é sempre pequeno na deflagração real do conflito. Assim, é indispensável que a nação beligerante produza seu próprio material bélico, para não ficar dependente de um segundo país.

O importante, na guerra moderna, é a mobilização de todos os recursos nacionais, de toda força que emana do povo, e a utilização, com toda intensidade, do valor moral nos discursos dirigidos à população. A guerra total faz parte da doutrina de guerra do século XIX ao XX, conseqüentemente, da doutrina militar. Assim, em relação à doutrina militar, pode-se destacar, de acordo com Tristão de Araripe, uma localização em três pontos fundamentais:

a- A noção da guerra total;
b- A adaptação da organização do tempo de guerra à organização administrativa e econômica do tempo de paz;
c- A necessidade de uma legislação flexível e bastante geral para permitir a adaptação às circunstâncias e as modificações impostas à organização da guerra (1930:21).

Essas três proposições demonstram a consciência dos exércitos na probabilidade de ocorrência de uma guerra de destruição em massa. Dessa convicção, decorre a iniciativa de flexibilização do judiciário e de manutenção da organização econômica, em tempos de paz. A característica essencial do exército é o uso da força brutal, fator que o diferencia dos poderes legislativo, judiciário e executivo. O exército é a mão forte, destinada a auxiliar os outros poderes nacionais, quando for necessário. Apenas os três poderes constituídos não bastam a um estado: é preciso usar a força ao lado da lei. Conforme análise de Clerc:

> Seria uma ilusão acreditar que é suficiente a um Estado ter o direito para ser respeitado pelos seus vizinhos, como seria vão supor que é suficiente editar uma regra para que ela seja aplicada. O direito não se impõe pela sua própria virtude. (...) É necessário colocar a força ao lado do direito, a sanção ao lado da regra, porque, infelizmente, a maior parte dos homens pretendem que eles respeitem o direito e a regra, então que em realidade é somente a força que eles temem (1935:01).

A estratégia define o tipo de guerra a ser efetuada, guerra total ou guerra nacional, e, conseqüentemente, os meios a serem

empregados, os efetivos, a área estratégica, entre outros aspectos. A tática, como "*ciência de aplicação das manobras"*(Marmont, 1873:27), executa as operações previstas e ou idealizadas no planejamento estratégico. É, segundo Marmont: "A arte dos movimentos executados na presença do inimigo com a formação que oferece mais vantagens a quem está em mais harmonia com as circunstâncias" (1873:22).

A guerra comporta duas perspectivas: a guerra como profissão e guerra como aspecto moral. Pode-se perder ou ganhar uma guerra moralmente, e pode-se, efetivamente, perder ou ganhar a guerra, devido ao mau ou bom profissionalismo. De acordo com essas premissas, identificamos alguns pensadores e estrategistas europeus que desenvolveram trabalhos sobre a guerra. No século XIX analisaremos o pensamento de Napoleão Bonaparte e Carl Von Clausewitz; e no século XX as idéias de Ferdinand Foch, Charles De Gaulle e Raymond Aron.

Pensamento de Napoleão Bonaparte

Napoleão Bonaparte é um marco na história militar francesa e mundial. Ele adquire grande prestígio com as batalhas que lidera e com o ouro e obras de arte que enchem o Palais de Luxemburgo, devido ao êxito de suas missões. As somas pilhadas para a França

rendem a Napoleão o título de herói dos franceses. De acordo com Gallo, os Diretores da revolução Francesa: "Não imaginam que Bonaparte (...) confessa que "não se considera mais um simples general, mas um homem chamado para influenciar o destino de um povo" (2012:287).

As campanhas na Itália trazem êxito a Napoleão, que conquista o poder político na França e elabora uma estratégia de expansão territorial sobre a Europa e refaz o mapa do continente. Segundo Gallo: "A imaginação popular se apropria de suas proclamações, de seu *Informe à Pátria* e a *seus irmão*s em armas" (2012:294).

O talento militar de Bonaparte o conduz ao poder, e de acordo com Neves "quase dois séculos passados, contudo, a aventura e o mito Napoleão Bonaparte continuam a suscitar admiração ou rejeição" (2008:37).

Napoleão Bonaparte é um *expert* na exploração dos efeitos psicológicos dos seus comandados para melhor conduzir a guerra; possui grande poder de oratória e sabe comover e estimular seus soldados, valorizando sobremaneira os aspectos psicológicos de sua tropa e do inimigo. Para obter melhor proveito desses aspectos morais, ele desenvolve alguns princípios que considera essenciais

para a formação militar do chefe e para o bom desempenho de suas funções em guerra. São eles:

- conhecer sua profissão;
- conhecer seus homens e interessar-se por eles;
- dar exemplo;
- verificar o cumprimento de suas obras;
- decidir com acerto e oportunidade;
- empregar a tropa de acordo com suas possibilidades (Correia Neto, 1970:79-80).

Toda a ação bélica napoleônica enfatiza o conhecimento do inimigo e o estudo aprofundado de suas condições, seu potencial armado e humano, assim como a consideração às disposições de guerra do país. Conhecedor de Maquiavel, Napoleão, assim como ele, valoriza o cálculo: "em uma guerra tudo se obtém pelo cálculo" (Lucian, 2001:43). Ele surpreende em seus ataques. Como afirma Bonnal:

> Ele deu à guerra um selo de energia e de violência que não poderiam supor os homens do século XVIII. (...) Para Napoleão, vencer não era o suficiente; era preciso prender ou destruir o inimigo (1903:13).

Bonaparte vai alcançando, de batalha em batalha, a fama de gênio da guerra e de grande conquistador. As primeiras noções sobre a arte militar, ele as obteve entre os anos de 1788 e 1789, na Escola de Artilharia de Auxonne. Napoleão parte dos princípios gerais para

resolver os problemas que se apresentam: é um percurso que vai do abstrato para o caso concreto.

No teatro de operações, Bonaparte não costuma dividir o Exército: ele economiza todos os esforços sobre um ponto e, de surpresa, ataca e persegue o inimigo. A essência da guerra, ou o método napoleônico de guerra é o da concentração de esforços. Como bem remarca Colin: "(...) o princípio mais seguido invocado (...) que parece ser a essência mesma de seu método de guerra, é o princípio da concentração de força" (1911:354).

Os princípios de Napoleão e seus feitos de guerra vêm sendo estudados e pesquisados por militares e civis, para um melhor entendimento de suas inúmeras vitórias no desenrolar das batalhas. Napoleão calcula matematicamente seus riscos e possibilidades, antes de investir contra o inimigo. Ao definir a ciência militar, propõe: "A ciência militar consiste em bem calcular todas as chances antes, e em seguida fazer exatamente, quase matematicamente, a parte do acaso" (Archives de La Marine, 1939:298). Seus feitos militares são exemplo e sinônimo de como vencer um conflito, razão pela qual ele entra para a história como mito da arte da guerra francesa. Como afirma Lacroix:

> A glória militar de Bonaparte fora tão refulgente, que todo o mundo se acostumara a considerá-lo somente como o homem dos campos de batalha. Foi

com admiração e quase com espanto que se viu dirigir os movimentos da indústria, presidir os trabalhos da ciência, inspirar as maravilhas da arte (1904:308).

Suas palavras de ordem aos soldados são sempre de coragem, apoio e determinação. Na visão de Bonaparte, as primeiras virtudes do soldado são a constância e a disciplina; o sentimento que reconhece é a virtude. As combinações militares feitas nos campos de batalha e o incentivo moral dado ao soldado por Napoleão conseguem, muitas vezes, anular a superioridade numérica dos adversários, pois é a força moral quem decide uma batalha. Napoleão afirma que: "a força moral mais que o número decide a vitória" (Archives de La Marine, 1939:285). Ao findar a batalha de 20 de outubro de 1805, na Baviera, contra o exército da Áustria, Bonaparte assim se dirige à sua tropa:

> Soldados! Eu vos anunciara uma grande batalha; mas graças às más condições do inimigo pude obter os mesmos resultados sem correr nenhum risco; e isso, que é sem exemplo na história das nações, tal resultado, não nos custou nem 1500 homens fora de combate.
> Soldados! Este sucesso é devido à vossa confiança sem limite em vosso imperador, à vossa paciência em sofrer fadigas e privações de toda espécie, à vossa rara intrepidez (Lacroix, 1904:340).

O mais importante dentro da organização da força é a disciplina e a honestidade dos militares encarregados dos cargos administrativos. Possuindo internamente uma boa estrutura, o exército passa a adestrar os homens sobre as questões concernentes à

guerra. Para que o exército esteja apto às conquistas, precisa-se, na concepção de Bonaparte, de: "Um bom general, de bons quadros, uma boa organização, uma boa instrução, uma boa e severa disciplina, fonte de boas tropas, independente da causa pela qual ela se bata" (Archives de La Marine, 1939:282).

Esta é uma das máximas de Napoleão perpetuadas entre os militares franceses, sendo incorporada como doutrina militar pelo Estado-Maior francês. Bonaparte também valoriza a informação, que ocupa papel preponderante nesse ínterim, pois reconhece a necessidade de se dispor de um amplo conhecimento sobre o inimigo. Toda documentação e informação podem modificar os rumos do combate, e, em se tratando de Napoleão, também alterar os cálculos matemáticos.

Bonaparte imputa relevância ao estudo da História para as ciências militares, pois acredita que o sucesso nas batalhas advém do conhecimento dos feitos dos grandes heróis de outrora. A História é quem pode fornecer ao chefe as lições de experiências passadas, não para uma simples imitação, mas para a ampliação do saber técnico estratégico. Conforme Bonaparte:

> Faça a guerra ofensiva como Alexandre, Aníbal, César, Gustavo-Adolphe, Turenne, o príncipe Eugène e Frédéric. Leia, releia, a história de suas oitenta e três campanhas; se modele sobre eles; É o único meio de vir a ser um grande capitão e de surpreender os segredos da arte. (Archives de La Marine, 1939: 299-300).

Ao cultuar a História e os feitos de outros importantes generais, Bonaparte desenvolve a ideia de que a arte da guerra compõe-se de princípios, que devem ser analisados na prática, nas ações de outrem. Para Napoleão, o momento na guerra é tudo; acredita que só os generais que sabem aproveitar as oportunidades atingem a vitória. Por outro lado, como para ser um guerreiro é preciso guerrear, impõe-se um princípio pragmático que leva Napoleão à conclusão de que só teoria não faz o bom soldado.

Valorizando a História, o momento de ação e questionando a teoria, Napoleão elege então três condições imprescindíveis para a obtenção da superioridade militar. São elas: "1. A sua organização; 2. O hábito da guerra no oficial e no soldado; 3. A confiança de todos em si próprios; quer dizer, a bravura, a paciência, e tudo o que a idéia de si dá de elementos morais" (Duarte, 2003:43).

Napoleão confere à arte da guerra um caráter particular e pessoal. Ele utiliza a estratégia de desmoralização do inimigo, surpreendendo-o, com o propósito de conferir maior entusiasmo e segurança às suas tropas, durante o confronto. Como ele próprio assinala: "não há nenhum soldado meu que não creia que poderá vencer sozinho" (Bonaparte, 2003:92). A esse respeito, salienta Baldet:

> Os primeiros cuidados de Napoleão são, ao mesmo tempo, desmoralizar o inimigo e surpreendê-lo com o "choque" estratégico que o vai ferir no ponto mais vulnerável, destruindo deste modo os seus planos, e impondo-lhe o seu, à força, para levantar tanto quanto possível o moral de seu exército (s/d:153).

Os princípios e ensinamentos bonaparteanos são de grande relevância para o presente estudo, em virtude de seu legado haver sido perpetuado, no decorrer dos anos, pelos militares franceses, passando a incorporar sua doutrina. Instrução militar, bons mapas, conhecimento do inimigo, intelecto, discernimento e, acima de tudo, disciplina são princípios de Napoleão. Da mesma forma, preceitos como a calma, a firmeza e a ousadia são considerados atributos primordiais em um comandante que, com disciplina e autoridade, conduz seus soldados à vitória, nos campos de batalha.

Entretanto, há um aspecto na conduta de Napoleão, colocado em evidência por Clausewitz em seus textos, que convém aqui ressaltar: a preocupação de Bonaparte com o caráter psicológico de seus homens, ou seja, com o moral da tropa. Bonaparte considera o aspecto moral mais importante que o potencial de fogo e mesmo que o número de contingente na hora da batalha, tanto de seu exército, quanto da força adversária.

Pensamento de Carl Von Clausewitz

Clausewitz desenvolve seus estudos sobre a guerra a partir dos conhecimentos que detém sobre Napoleão Bonaparte. Em sua obra, analisa a estratégia e a tática napoleônica em muitos combates travados pelo exército francês, examinando as suas ideias sobre mobilidade e concentração de tropa. O autor enfatiza o valor moral que Napoleão atribuía ao soldado, a ponto de considerar o número do efetivo e ponderar a qualidade guerreira do combatente.

Em longos estudos sobre a atuação de Napoleão, muitos deles focalizados na visão de primeiro plano dos valores morais dos combatentes, Clausewitz teoriza sobre a guerra, influenciando, com suas análises, outros exércitos e oficiais, inclusive os franceses. Esse prussiano, um homem de seu tempo, vive em um período de forte influência iluminista, sendo inspirado militarmente pelos feitos napoleônicos. Ele cria uma filosofia de guerra, apoiada na relevância dos aspectos morais na conduta da guerra:

> Desde 1806, Clausewitz havia encontrado na importância dos fatores morais as bases de sua teoria sobre a guerra (...). As campanhas de Napoleão lhe serviram de inspiração e ele as estudou e analisou profundamente (1943:09).

Na era pré-napoleônica, as batalhas campais são evitadas; adota-se a arte da manobra, na qual o lado com as maiores vantagens

práticas e estratégicas vence. Bonaparte introduz as ideias de mobilidade e concentração. A guerra é um instrumento racional de política. Na perspectiva napoleônica, a iniciativa do soldado passa ter papel preponderante. Segundo Clausewitz:

> (...) o elevado moral do soldado francês era um fator inteiramente novo na guerra. Napoleão compreendeu a extraordinária importância deste novo fator. Alimentou e intensificou o entusiasmo do homem nas fileiras através de discursos dramáticos e manifestações de solicitude (1979:14).

A guerra, considerada racional, nada mais é do que "um ato de violência planejado com o objetivo de forçar o adversário a executar o nosso desejo" (1979:09). Definida como um duelo, a guerra é concebida como um ato de violência que almeja fazer o adversário ceder e atender às exigências do exército vencedor. Dessa forma, pode-se interpretar, de acordo com Clausewitz, a guerra como um instrumento político, que pode ser usado toda vez que as divergências não tiverem soluções diplomáticas. Sendo assim, não se trata de um ato isolado, mas da continuidade da política na ação militar. Conforme afirma Clausewitz: "a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios" (1979:87).

A guerra, como um instrumento político, nunca pode ser excluída desse contexto, pois "a guerra é apenas uma parte das relações políticas e, por conseguinte, de modo algum qualquer coisa de independente" (Clausewitz, 1979:737). A guerra corresponde aos interesses do estado, e o estado, por sua vez, deve medir suas ações na proporção direta do poderio armado de seu país. Assim, a ação militar e a ação política estão intrinsecamente interligadas; o exército nada mais faz do que executar a política, quando faz a guerra. Como destaca Clausewitz:

> A condução da guerra é, pois, nas suas grandes linhas, a própria política, que agarra na espada em vez da pena, sem deixar por isso de pensar segundo as suas próprias leis (1979:743).

Clausewitz considera a guerra uma arte e, como tal, confere importância à estratégia, pois nela estão inseridos os elementos morais, físicos, matemáticos, geográficos e estatísticos. A estratégia está sempre presente no combate, porque ela é o próprio plano de guerra. A guerra não é um só golpe e nem um ato isolado, mas um duelo no qual se pretende modificar alguma realidade, a partir do uso e total desenvolvimento das tropas.

Clausewitz define a guerra como o emprego da violência, diferenciando, sob esse aspecto, o estado de guerra do estado de paz, uma vez que a guerra é a política executada por meios violentos, e a

paz, a política empregada sem o uso da violência. Embora Clausewitz reconheça o controle político sobre todas as atividades guerreiras, ele não consegue entender a noção de estratégia fora do âmbito militar e percebe a guerra como a política por outros meios.

A natureza da guerra depende justamente da vontade política: nem sempre os objetivos da guerra estão no aniquilamento do adversário ou na vitória do conflito armado. O não perder, em determinadas situações, tem o mesmo valor de uma vitória, pois a finalidade da guerra é o atendimento aos interesses nacionais.

Para desarmar o estado adversário, é preciso identificar o território, as forças armadas e a vontade ou interesse do inimigo. Após destruir primeiramente as forças armadas, visto serem elas as defensoras do estado, toma-se o território adversário e faz-se o desarmamento do inimigo, o que, na visão de Clausewitz, não significa o fim do conflito:

> Nas guerras em que um dos campos é incapaz de desarmar completamente o outro, os motivos de paz surgirão e desaparecerão nos dois campos, em função da probabilidade de futuros êxitos e do necessário dispêndio das forças. (1979:93).

O maior destaque em termos de doutrina de guerra e, consequentemente, de doutrina militar, é justamente a inclusão dos valores morais. Todas as operações militares demandam valores morais, pois o moral está intrinsecamente presente na estratégia, na

tática e em todos os momentos da batalha. Para Clausewitz, os principais poderes morais são:

> Os talentos do chefe de guerra, as virtudes guerreiras do exército e o seu sentimento nacional. Ninguém pode determinar de uma maneira geral qual é o maior desses valores, pois já é difícil dizer o que quer que seja da sua força e muito mais difícil ainda compará-los uns aos outros (1979:211).

O nacionalismo e a virtude de guerreiro e militar são as grandes ênfases de Clausewitz, quando se refere ao comando e à composição do próprio exército, pensa na organização como um todo indivisível. Ele assim define esses atributos:

> A virtude guerreira é para as partes aquilo que o gênio do comando é para o todo. O comandante só pode dirigir o todo, não cada parte individual, e aí onde ele não pode dirigir as partes, o espírito militar deve orientá-las. A virtude militar é, por consequência, uma das mais importantes forças morais do exército em guerra e, quando está ausente, é preciso que outra a substitua – a superioridade eminente do chefe ou o entusiasmo do povo – onde notarmos que os efeitos são desproporcionados aos esforços despendidos (1979:214-215).

Os estudos de Clausewitz, analisados por muitos chefes militares, são seguidos e adotados, inclusive, na Primeira Guerra Mundial. Seus ensinamentos são trabalhados nos cursos e aplicados às práticas militares na Europa, via general Ferdinand Foch, por exemplo, general francês que liderou na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Como bem questiona Aron:

> Aquele que procura as responsabilidades históricas de Clausewitz, no curso das operações de 1914-1918, se depara com uma dupla tarefa: que influência exercera ele no pensamento militar dos franceses? E no dos alemães? Digamos, em termos simbólicos, em Foch por um lado, e no conde Schlieffen, por outro (1986:27).

É certo que neste momento não cabe aqui analisar o pensamento alemão que perpassa a Primeira Grande Guerra, mas, sim entender, como os ensinamentos de Clausewitz são estudados e interpretados pelos militares europeus. Foch é ex-aluno do comandante Lucien Cordot, que, em 1885, ministra conferências sobre Clausewitz aos oficiais franceses da Escola de Estado-Maior, tais como do general Tanant, comandante da L'Ecole Spéciale Militaire de Saint Cyr, de 1919 a 1925. Como explica Aron:

> Clausewitz, entre 1885 e 1900, contribuiu para a formação daqueles que redigiram os planos de Estado Maior no início do século e conduziram os exércitos franceses em 1914 (1986:28).

Esse importante trabalho de Aron, "Pensar a guerra Clausewitz", apresenta pesadas críticas ao gen. Ferdinand Foch, no que concerne à sua interpretação dos ensinamentos de Clausewitz, em *Príncipes de la guerre*. A título de ilustração, aborda-se um dos pontos levantados por Aron nesse sentido. Não cabe aqui concordar ou discordar desta análise, mas compreender como Foch absorve os ensinamentos de Clausewitz e, conseqüentemente, como essas ideias

penetram o universo militar europeu e mundial. Assim, segundo Aron, Foch:

> (...) confunde o conceito da guerra absoluta com a realidade das guerras nacionais e explica estas últimas em termos que nem sempre são coerentes. (...) não fez uma distinção entre guerra real, e o conceito de guerra absoluta o levou em direção ao de guerra total ou, se preferirmos, de mobilização total dos recursos em vista de uma decisão radical (1986:29-30).

O importante é ressaltar, neste primeiro momento, que Clausewitz, assim como Bonaparte e Foch, coloca em relevo os fatores morais da tropa durante a guerra. Com conhecimentos provindos das histórias sobre os grandes feitos de Napoleão, Foch defende a ideia de que os princípios do passado subsistem e de que a História e o ensino militar são de grande relevo para o bom desempenho da tropa. Já Clausewitz, segundo Aron, confere valor ao histórico, devido, tão somente, à falta de conhecimento sobre os feitos e a vida de destacados antepassados. Assim, afirma, no auge de suas análises críticas, que:

> O livro de Foch, Príncipes de la Guerre, que surgirá em 1903, onde eram reproduzidas as conferências de 1900, nos ensina, melhor do que qualquer outro, a que ponto os oficiais da época, incapazes de compreenderem o pensamento global do prussiano, acabavam por caricaturá-lo quando pensavam compreender sua essência (Aron, 1986:28).

Com sua pesquisa, Aron lega importante contribuição aos estudos de história militar, pois além de expor o pensamento de Clausewitz, realiza um aprofundado exame sobre a forma como esse teórico do militar é interpretado por diferentes líderes militares e civis, que, de alguma maneira, marcam sua época. Observe-se a seguinte colocação feita por Aron sobre Clausewitz:

> Quanto a Clausewitz, o mais notável dos escritores militares da burguesia de quem Marx e Engels, e depois Lênin e Mao-Tsé-Tung, retiraram as verdades parciais e corrigiram os erros idealistas, permanece sendo o mestre comum dos três interlocutores – russo, chinês, americano – do diálogo histórico de nosso tempo, interlocutores estes que reproduzem de algum modo "a estranha trindade" (1986:253).

Clausewitz considera a guerra um prolongamento da política, na medida em que o trabalho da diplomacia não tenha sido suficiente ou competente para resolver as questões pendentes entre duas ou mais nações. Dessa maneira, exército e política se completam e atuam em conjunto: o exército assegura a execução dos objetivos do estado, e o estado determina a ação militar. Aron, considerando as ideias de Clausewitz, assim se manifesta:

> (...) esses ensinamentos comportavam uma dupla relação entre o Exército e a política, qual seja: o Exército é um meio a serviço da política e a política determina a organização e o modo de combate dos exércitos (1973:54).

Nessa complexa relação entre o exército e a política, Aron atribui ao estadista o papel de pessoa chave, de quem depende a tomada de decisão sobre os rumos durante o conflito: "a figura sobre a qual recaem as maiores exigências da guerra, é ele que se vê compelido a servir de mediador entre as exigências da guerra e as necessidades da política" (1986:56-57). Acompanhando a mesma linha de pensamento de Clausewitz, outro importante teórico da guerra do século XIX é Jomini.

Pensamento de Antonie Henri Jomini

Jomini, assim como Clausewitz, dedica seus estudos sobre a arte da guerra inspirado nos feitos e pensamento de Napoleão Bonaparte. Jomini escreve a obra "Précis de l'Art de la Guerre" em 1836, onde destaca a importância da tática, da estratégia e da logística. Todas as decisões de guerra precisam de reflexão e estudo, sendo, portanto fundamental a organização da doutrina de guerra.

Esta doutrina, por sua vez, deve se centrar na doutrina militar. Jomini avança nos estudos de guerra, em pleno século XIX, ao tratar de assunto ainda hoje discutido e pertinente: o caráter doutrinário da guerra e do meio militar. A ênfase de seu texto repousa também na política de guerra, aproximando suas reflexões às conclusões de

Clausewitz, quando considera que a guerra é a política por outros meios.

Jomini identifica tipos de guerras sendo eles: Guerras Ofensivas para Reclamar Direitos, Guerras Defensivas, Guerras de Intervenção, Guerras de Invasão, Guerras de Opinião, Guerras Nacionais, Guerras Civis e Guerras Duplas. As guerras defensivas baseiam-se em seu entender, na defesa territorial. As guerras de intervenção ocorrem para manter o equilíbrio internacional, para auxiliar um país coligado ou para intervir num país vizinho. As guerras de invasão são feitas sob pretexto nacional, por algum interesse político ou econômico que justifique o avanço sobre o território do outro.

A guerra de opinião na análise de Jomini está baseada essencialmente em questões religiosas que consequentemente passam a intervir na política. As guerras nacionais significam um confronto de forças, entre estados nacionais e as guerras civis são aquelas motivadas por religião ou política.

Em todos estes tipos de guerra, Jomini destaca a importância dos informes sobre o inimigo, seus meios de ação, seu terreno, o valor de seus homens e enfim, todo conhecimento sobre o Estado adversário é primordial para definir a tática e a estratégia de guerra a

ser empregada. E assim como Napoleão, defende que as instituições militares devem ser bem organizadas com pessoal e regras.

Postula pela disciplina, obediência, bons armamentos, recrutamento, hospitais de campanha, abastecimento em campanha (intendência) e o caráter e importância do chefe militar, do comandante de unidades e geral. É no exemplo do comandante que se adestra e doutrina toda tropa e daí provém o destaque a moral do comandante e dos combatentes. Jomini valoriza os aspectos psicológicos, assim como Bonaparte.

A tática básica de Jomini consiste em atacar, invadir o território inimigo e a iniciativa dos movimentos em atacar um grupo, ou pequena parcela da força inimiga. Jomini não aconselha a estratégia defensiva, pois o ataque é sempre a melhor decisão. E afirma:

> aquele que toma a iniciativa sabe de antemão o que está a fazer e o que deseja fazer, ele conduz as suas massas ao ponto onde pretende desferir o seu golpe. Aquele que espera é em todo o lado antecipado, o inimigo irá cair sobre fracções das suas forças, e ele não sabe onde o inimigo irá dirigir o seu esforço principal, nem que meios lhe opor (Jomini, 1997:209).

Para realizar o ataque e intervir contra o inimigo, Jomini estabelece a manobra dos quadros em linhas de operações que podem ser: linhas de operações interiores, linhas de operações exteriores, linhas de operações concêntricas e linhas de operações divergentes.

A Arte da guerra quanto à estratégia apresenta-se da assim resumidamente:

Quadro 1 – **"Tipos de Guerra segundo Jomini"**

Ofensiva	Invasão ou Iniciativa dos movimentos.
Defensiva	Evitar o avanço inimigo sobre o território.
Manobra	Escolha da melhor linha de operação.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Jomini (1977).

A tática para Jomini consiste em combater uma parte do exército inimigo e usar a surpresa no ataque. Defende o emprego combinado das três armas: infantaria, cavalaria e artilharia. A infantaria garante a posse do terreno, a cavalaria é a arma da mobilidade, do movimento e a artiulharia emprega o fogo. E assim argumenta: "…dizer que o Comandante de um Corpo formado pelas três Armas deve empregá-lo de modo a cooperarem e se apoiarem mutuamente parece muito trivial, porém é o único dogma fundamental que se pode estabelecer." (1977:338).

Sempre prefere a tática ofensiva. Para o bom desempenho tático e estratégico, a logística é pensada por Jomini como parte fundamental de toda campanha, pois dela depende a distribuição de armamentos, as disposições das fileiras e linhas de combate, os

movimentos integrados entre as tropas, o conhecimento do terreno, os acampamentos e enfim, toda infraestrutura necessária para o bom desempenho da guerra e o sucesso da campanha.

Entre as grandes contribuições de Jomini para a arte da guerra estão as noções de espírito militar e do moral do combatente, aspectos que atualmente continuam a ser discutidos pela História, Sociologia, Antropologia e outras ciências que buscam entender a guerra. Para Jomini, a guerra é uma ciência, que bem estudada leva a vitória das batalhas.

No passar dos séculos XIX para o XX, houve muitas mudanças técnicas, táticas e estratégicas quanto ao emprego da guerra. Para analisar este momento de transição analisaremos estes estrategistas: Alfred Tayer Mahan (1840-1914), Halford John Mackinder (1861-1947), Nicholas Spykman (1893-1943), Giulio Douhet (1869-1930), Hugh Montague Trenchard (1873-1956), William "Billy" Mitchell (1879-1936) e Alexander Seversky (1894-1974).

A transição estratégica do pensamento militar para o século XX

No final do século XIX e início do século XX, temos alguns estrategistas que fornecem novos contornos ao pensamento militar, pelos estudos realizados em determinadas áreas. No campo naval

temos Alfred Tayer Mahan, estrategista e historiador norte-americano, que dedica seus estudos ao poder naval tendo como base a Inglaterra dos séculos XVI ao século XIX, analisando as guerras navais hispano-britânicas e britânicas-holandesas.

Mahan funda a geopolítica naval. Ele parte da máxima de que o principal instrumento da política é o comércio. E a partir das relações comerciais se estabelecem as relações exteriores e os jogos e disputas de poder no cenário internacional. Seus estudos se apóiam em dois pilares: comércio naval e frota naval. Assim o país que tiver boa posição estratégica e acesso ao mar, somado à boa frota naval e à produção de bens para o comércio exterior, alcança o poder internacional.

Para Mahan o mar é o campo de batalha, desta forma a vitória está no domínio de pontos estratégicos ao longo das rotas de navegação e das linhas de comunicação. Mahan estuda a geopolítica do poder naval, e defende que o poder ou a queda dos impérios depende do poder marítimo de cada Estado. Inspirado em Jomini, defende o princípio de concentração de forças, ou seja, no caso marítimo, na não divisão das frotas e fragatas. De acordo com Bandeira:

> O comandante Alfred T. Mahan foi quem racionalizou a construção do poder naval dos Estados Unidos, argumentando que a grandeza de uma nação

dependia do seu comércio no além-mar, o comércio dependia do poder naval e o poder naval, de colônias (2008:09).

Mahan centra que o desenvolvimento do país depende da produção, da navegação e da colonização. E para tal, a posição geográfica, o caráter da nação e do governo (coragem, noções de justiça, entre outros), a quantidades de efetivo (marinheiros), os territórios e seus aspectos físicos e naturais (como recursos minerais, hidrográficos, entre outros) são as bases primordiais para o surgimento de um Estado forte.

O pensamento de Mahan influencia o pensamento militar norte-americano durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Também tem seus estudos divulgados por muitos países e se torna referência para os estudos estratégicos e geopolíticos navais.

Outro importante estrategista foi Halford John Mackinder, que modifica o alvorecer do século XX com sua análise sobre o poder terrestre. Ele escreve a obra "The geographical pivot of history", em 1904, que destaca que a hegemonia internacional se dá entre dois pólos antagônicos: o poder terrestre e o naval. Esta ideia é contrariada por Aron em "Paz e Guerra entre as nações", pois nas grandes guerras do século XX não houve choque ou rivalidades entre poder terrestre e poder naval.

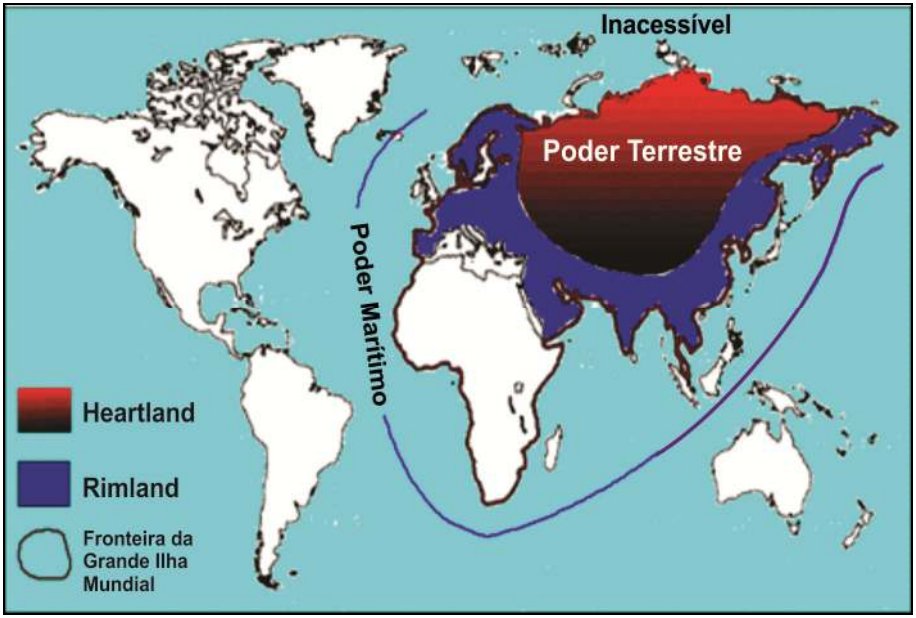
Em sua analise usa a História, a Geografia e a Política para elaborar a geopolítica terrestre. É o criador da teoria do coração continental, "Heartlander", que segundo Santos consiste em "uma vasta área de planícies inacessível para qualquer poder marítimo e o Estado que dominasse essa área poderia ter projeção de poder mundial" (2012:602).

Nicholas Spykman é o idealizador do poder Rimland ou da Estratégia de Contenção. Escreve "The geography of the peace", publicado em 1944, inspirado nos escritos de Mahan e de Mackinder. Em sua concepção, o Estado deveria se preocupar com o equilíbrio de poder e emergir como grande potência, executando uma política externa intervencionista. Seu pensamento está baseado em Maquiavel, e conclui que o sistema internacional é anárquico como preconiza a teoria realista.

O Rimland era uma área entre o poder naval e o terrestre, que representa uma macroestratégia do Estado para expandir sua influência e criar zonas de intervenção, como bases áreas e navais em outras localidades, fora do território nacional. E sua preocupação maior é a orla euroasiática, partindo dos pressupostos da teoria do Heartland desenvolvida por Mackinder, sendo o Hertland uma área fora de alcance do poder marítimo.

A teoria de Spykman torna-se referência durante a Guerra Fria para conter os avanços da União Soviética na Europa, conforme a figura a seguir:

Figura 1 – **Modelo Geoestratégico do *Heartland***



Fonte: http://birminghamwarstudies.wordpress.com/tag/rimland/

Outros importantes estrategistas do inicio do século XX que colocaremos em destaque nesta obra se dedicam a estudar a importância do poder aéreo. No início do século XX, a máquina a decolar mais pesada que o ar inaugurou uma revolução na forma de

guerrear. Alguns militares, ainda céticos quanto à importância deste poderoso instrumento de guerra, não acreditam que o avião serviria como arma.

Entre eles, encontra-se o general Foch (1904) que afirmou: *"Aviões são brinquedos interessantes, mas não têm valor militar"*. Mas a aeronave se mostrou essencial não apenas para abastecimento de tropas e reconhecimento de terrenos. O avião modificou a estratégica, a tática e o emprego de guerra como arma de combate. E entre os estrategistas que se dedicam a formular teorias de emprego aeroespacial destacamos os mais relevantes no quadro 2.

Os teóricos do poder aeroespacial acreditam que o avião é a arma do futuro e que atacaria terra e mar, sobrepujando as forças terrestres. E o século XX assiste a muitos destes estudos tornarem-se realidade. Conforme estudamos, no primeiro capítulo desta obra, um dos grandes esforços movidos pelos aviadores militares franceses foi a desvinculação da arma de aviação da força terrestre.

Quadro 2 – "**Teóricos do Poder Aeroespacial"**

Pensadores do poder aeroespacial	**Ideias Principais**
Giulio Douhet (1869-1930) Obra: "O Domínio do Ar" *Itália*	A supremacia aérea é sinônimo da vitória, porque permite neutralizar os pontos estratégicos do inimigo. A escolha criteriosa de alvos é a chave do poder aeroespacial. Ataque aéreo massivo derrota o adversário sem usar as forças terrestres.
Hugh Montague Trenchard (1873-1956) *Inglaterra*	O avião é uma arma ofensiva estratégica, mas precisa das outras forças: terrestre e naval. Defende ataques a campos de comunicação e suprimentos dos inimigos; Guerra se vence com ação ofensiva. As aeronaves de defesa e a artilharia antiaérea só servem como apoio moral.
William "Billy" Mitchell (1879-1936) Obra: "Winged to defense" *EUA*	Aviões bombardeiros ganham a guerra mais rapidamente a um menor custo. Defende a separação entre a arma aérea e as forças de superfície. A força aérea deve realizar ações independentes, com objetivos próprios e não apenas em apoio às forças terrestres.
Alexander Seversky (1894-1974) Obras: "Victory Through Air Power" e "Air Power" *Geórgia*, *EUA*	Doutrinamento para neutralizar o poder aeroespacial do inimigo somente após efetuar bombardeios estratégicos. Escolher bem os objetivos vitais a atingir. Empregar o poder aéreo espacial de forma contínua.

Fonte: Elaboração própria. Baseada na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira

A Força Aérea consegue livrar-se do domínio dos comandantes de terra e ganha sua autonomia como força independente. O avião torna-se a mais poderosa arma de guerra e, em determinadas situações, seu emprego ininterrupto, nos alvos certos, decide a vitória dos conflitos e deixa à força terrestre a tarefa de ocupar o território conquistado.

CAPÍTULO 2

A guerra no século XX

A GUERRA NO SÉCULO XX

Pensamento de Ferdinand Foch

O século XX é cenário de duas grandes guerras. Nesse período as formas de guerrear passam da guerra de trincheiras na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) para a moderna guerra mecanizada, com uso intenso de aviação de caça e de bombardeio na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os generais europeus que atuaram nos conflitos do século XX trazem consigo o legado e os ensinamentos de Bonaparte.

A economia de forças, a valorização da História, a exploração dos efeitos psicológicos e a formação de grandes unidades são premissas importantes seguidas nas duas guerras, mas que sofreram influências e se modificaram com os avanços tecnológicos do período. Neste capítulo analisamos primeiramente as idéias do Gen. Foch.

Na visão de Foch, o entrelaçamento entre militares e políticos estrutura-se na medida em que, no estado francês, esses se misturam aos interesses militares, pois, quando o assunto é manter e preservar a nação, políticos e militares comungam os mesmos ideais. Seguindo as ideias de Clausewitz, Foch também imputa papel de destaque às

leis morais: "a tática procura conduzir esta batalha racionalmente obedecendo as leis morais e aos princípios mecânicos, para determinar a queda indiscutível do adversário"(1904:02).

O quartel é para Foch o local onde se encontra a chave da história, onde as grandes batalhas do passado e seus ilustres chefes ganham o espaço e a atenção que lhe são devidos. Os casos concretos da história são estudados e analisados, tendo em vista uma melhor ação futura. Foch acrescenta:

> De nossos estudos históricos, resulta igualmente que uma campanha é uma série de atos estrategicamente saídos cada um de uma grande batalha. Mas estes diferentes atos estratégicos são simplesmente religados ao acaso, ou pela inspiração inconsciente do diretor ou, ao contrário, resultam de uma lógica incontestável que nós podemos estudar o vestígio, estudando as relações de causa e efeito que reúnem as ações de um exército (1904:02-03).

Foch considera a guerra como metódica e dotada de princípios; ao mesmo tempo a reconhece como arte e ciência. A guerra moderna, segundo ele, é a nacional, envolvendo toda a nação no conflito. O método de guerra é representado pela estratégia e pela tática. Trata-se de uma ciência, cujo método consiste na experimentação dos resultados de pesquisa nos campos de batalha, onde cada combate pode ser decisivo e levar à vitória. Como afirma, trata-se de um evento que se origina numa eventual ofensiva política:

> Tanto dizer que a guerra nasce de um pretexto, quando um dos adversários a deseja; que antes da ofensiva estratégica há a ofensiva histórica ou logo política. Mas este desejo, para ser justificado, é acompanhado do desenvolvimento da força (1904:08).

Foch ressalta o aspecto instrutivo da guerra, representado pela aplicação prática dos ensinamentos da academia. E transcende a essas normas e regulamentos pré-concebidos nos tempos de paz, nos quais se conjugam teoria e potencial de execução, discernimento e percepção do comandante chefe da operação. Para Foch, a guerra é sempre ofensiva; só vence o inimigo o exército que tem atitude. No período entre-guerras, ele apóia a estratégia de fortificações defensivas: sua estratégia é definida como defensiva-ofensiva (Garret, 1985:22). Foch refuta a noção de que se aprende guerra em campo de batalha, porque considera que, para fazer o mínimo durante o combate, é preciso aprender muito sobre a arte de combater. Conforme Foch: "A realidade do campo de batalha é que não se estuda; simplesmente, se faz o que se pode para aplicar o que se sabe. Então, para poder um pouco, é necessário saber muito e bem" (1906:05).

Assim, percebe-se que, mesmo dando uma ênfase especial aos feitos durante a batalha, Foch revalida a importância dos ensinamentos teóricos, visto que quanto mais conhecimentos o militar obtiver, maiores serão seus feitos no momento do emprego de

forças. A teoria e a história militar são seus objetos permanentes de estudos, sem, contudo, nunca perder de vista as teorias bonaparteanas. Segundo Foch:

> A teoria concluiu então: para seres vitoriosos, é preciso ter número, de metralhadoras fuzis, de metralhadoras canhões, bases, e posições sábias. A Revolução, Napoleão sobretudo, os responde: nós não somos mais numerosos, nós não somos melhores armados, nós lhe abatemos, porque, pela nossa combinação nós faremos o número o ponto decisivo; pela nossa energia, nossa instrução, pelo emprego de nossas armas, fogo e baionetas, nós chegaremos a suscitar nossa moral e à quebrar o vosso (1906:03).

Os valores morais, tal como anteriormente aludidos por Clausewitz, são considerados por ele como fator preponderante ao bom desempenho da tropa, tese aludida e defendida por Napoleão Bonaparte ao longo de seu comando. Foch compartilha dessa mesma ideia e, ao mencionar a relevância da moral da tropa, cita uma passagem de Bonaparte:

> Lembram-se a primeira proclamação de Bonaparte: "Soldados, vocês estão nus, mal nutridos, o governo lhes deve muito, e não pode lhes dar nada. Vossa paciência, e coragem que vós mostrai no meio destas rochas são admiráveis, mas nenhuma glória vos procuram, nenhum estilhaço recai sobre vós. Eu quero vos conduzir aos mais férteis lugares do mundo. Ricas províncias, grandes cidades estarão em vosso poder, vós encontrareis honra, gloria e riqueza (Foch, 1906:29).

Ao utilizar esse pequeno trecho do discurso de Bonaparte, Foch, além de enfatizar o estímulo com que Napoleão fustigava seus

soldados, também procura demonstrar a importância concentrada no homem que está à frente das operações. O comandante é a figura chave e central em uma batalha; por meio de seus atos e palavras, deve adotar uma postura de firmeza, coragem e determinação, necessárias à superação de qualquer dificuldade e ao arrebatamento da vitória, mesmo que essas dificuldades sejam inferioridade armada ou de efetivo. É a partir do entusiasmo em batalha e da vontade de vencer que se chega à vitória. Como apregoa Foch:

> Vontade de vencer: primeira condição da vitória, primeiro dever do soldado, por conseqüência; mas também resolução suprema que o comandante deve na necessidade fazer passar na lama do soldado. Aqui aparece a necessidade, para um exército vencido, de uma grandeza de primeira ordem, o comandante, é o homem que quer empreender na batalha, a necessidade de um dom: o do comandante (1906:270).

O objetivo de todo estado, quando em conflito, é a vitória. Mas impor sua vontade sobre a do inimigo implica muitos fatores como estratégia, tática, armamento, efetivo e adestramento da tropa. Tais elementos, aliados à ambição e à competência do comandante em incentivar moralmente seus homens, conduzem ao êxito militar. Foch valoriza, em seus escritos, a ação preponderante do chefe, afirmando:

> Os grandes resultados da guerra são os feitos do comandante. E é justo que a história traga em seus títulos a memória dos generais: as vitórias para os honrar, os defeitos para os desonrar. Sem o comandante não há batalha e não há vitória possível (1906:271).

Pode-se perceber o espaço de intervenção decisória que Foch atribui ao comandante da tropa e as qualidades de liderança que ele considera necessárias. É, segundo ele, dessa maneira que se constrói toda teoria de guerra e a teoria militar. Daí por que a história é o meio pelo qual se obtém o conhecimento das batalhas e dos chefes: a história militar é a mola-mestra que move a construção das doutrinas. É com base nos feitos anteriores que se pré-estabelecem as novas atuações, em caso de guerra ou em tempos de paz. Como destaca Foch: "a teoria tem seu direito de observar, de analisar. De concluir, de fixar as bases da verdade, em estudando como procede, o comando superior" (1906:273).

As bases da verdade são levantadas na análise e no estudo dos feitos do comando superior, pois, segundo Foch, é na paz que se ensinam os verdadeiros meios de aprender a guerra e de determinar os seus princípios. Foch, como bem registra o título de sua obra, está permanentemente preocupado em dogmatizar as forças armadas, impondo-lhes princípios, cuja importância e veracidade são comprovadas pelos estudos históricos.

A expressão verdade é, por ele, muitas vezes referenciada como relativa a um apostolado dos bons e maus exemplos, ou daquilo que um exército deve ou não fazer em tempos de paz ou de guerra. A história da guerra é utilizada por ele como um manual que prepara o indivíduo, em tempos de paz, para uma nova guerra, pois é por intermédio da história da guerra que se aprendem os princípios da arte da guerra. Eis o que representa, para Foch, a teoria da guerra:

> A teoria da arte da guerra não tem a pretensão de formar Napoleões, mas ela procura conhecer as propriedades da tropa e do terreno. Ela assinala os modelos, os chefes – a obra realizada no domínio da guerra, e ela aplaina as vias da natureza concedida as capacidades militares (1906: 07-08).

A teoria da guerra é para Foch precursora na formulação dos princípios de guerra, os quais todos os militares devem não apenas conhecer, mas colocar em prática. Entre esses princípios, destacam-se: a liberdade de ação, a economia das forças, a livre disposição das forças, a segurança, entre outros. Conhecê-los melhor, neste momento, foge aos objetivos desta tese, pois o importante aqui é entender a base de raciocínio de Foch e não o trabalho introspectivo com a doutrina de guerra. O princípio de economia de forças é a arte de não despender forças e não dispersar esforços, ou seja, de saber utilizar com inteligência os recursos existentes, de maneira

proveitosa, mantendo sempre uma reserva disponível, de acordo com o tempo, o espaço e os meios.

A liberdade de ação é a abertura e, ao mesmo tempo, a responsabilidade que todo chefe tem para determinar o momento exato de avanço ou recuo. A livre disposição de forças refere-se à tática a ser empregada durante o confronto; a segurança significa a ação inteligente, com vistas à perda do menor contingente possível. Estes princípios, na visão de Foch, devem reger as decisões do comandante que precisa, além de conhecê-los teoricamente, saber aplicá-los. "Conhecer os princípios, se não sabe aplicá-los, não conduz a nada. Na guerra, o fato está sobre a idéia, a ação sobre a palavra e a execução sobre a teoria"(1906:09).

O importante, para Foch, é saber aplicar esses princípios de maneira racional, pois a guerra é considerada por ele como uma ciência; por isso, os princípios estratégicos são fundamentais. Assim, a partir de seu estudo, chega-se a um método de emprego das forças por meio da estratégia e da tática. Toda operação tem metas e objetivos, e, de acordo com esse propósito, emprega os meios a seu dispor. Não cabe aqui examinar ou precisar os conceitos de tática e estratégia, tal como são concebidos por Foch, mas, sim, tentar compreender que os estudos de estratégia e de tática são responsáveis pela geração de doutrinas de guerras posteriores. Conforme explica Foch:

> O método que nós seguimos, e as aplicações que nós estudamos estrategicamente darão lugar, e você verá igualmente se manifestar o que nós chamamos de doutrina ou disciplina intelectual. A mesma maneira de ver todos os resultados, e a mesma maneira de abordar todos os sujeitos: objetivamente; a mesma maneira de tratar: adaptação, reservas, meios ao fim visado, ao objeto (1906:18).

A pretensa guerra que estaria por vir é, nesse momento, chamada de guerra moderna, "ação comum que Clausewitz caracteriza por uma dupla condição: união de forças no tempo e no espaço" (Foch, 1906:93). A guerra moderna, tanto na visão de Clausewitz, como na de Foch, prevê a destruição completa do adversário; nela, todas as forças são reunidas para a derrocada total do inimigo, a fim de que o mesmo não possa futuramente promover revanches. Conforme Foch:

> Esta destruição, ele a interpreta, a prepara para a batalha, que procura a derrota do adversário, desorganiza o comandante, a disciplina, o viés tático, as tropas, as forças. Ela se realiza pela perseguição, onde o vencedor explora a superioridade moral que a vitória lhe deu sobre o vencido, o faz em pedaços, termina as tropas desmoralizadas, desagregadas, impossíveis ao comando, quer dizer, forças que não são mais forças (1906:265).

A guerra moderna, para Foch, preconiza a destruição do inimigo e a utilização de métodos racionais que combinam estratégia e tática. A guerra moderna analisada por Foch é a guerra vindoura, a que ainda não ocorreu, mas que tem grande probabilidade de ser real.

O exército em tempos de paz é preparado, de acordo com a hipótese de guerra, para um novo conflito. Os trabalhos de Foch, acima mencionados, foram elaborados antes da Primeira Guerra Mundial, em 1904 e 1906. Em tese, o primeiro conflito mundial teria sido a guerra moderna, aludida por Foch.

É também conhecida como a *guerra total*, envolvendo o esforço de toda nação para gerir e manter o fomento de guerra. Para um melhor desempenho, é necessário a isso se somar o maior conhecimento possível da história militar e, principalmente, dos feitos dos grandes gênios da guerra. O caráter e a formação do comandante é fator decisivo para a conferência do suporte moral à tropa, de forma a poder conduzi-la aos melhores resultados. A arte militar é complexa, sendo dependente de muitos fatores, que, segundo Foch, se desdobram em princípios a serem seguidos e aplicados. Diz ele:

> A arte militar não é uma arte recreativa, a guerra não é um artigo de diletantismo, um esporte. A gente não a pratica sem razão, a gente não a pratica sem um objetivo, como você poderia fazer a música, a pintura, a caça ou o tênis, sem que haja um grande inconveniente para seguir o exercício, a fazer pouco ou muito. Na guerra tudo se encadeia, se comanda, se penetra, a gente não faz o que quer. Cada operação tem uma razão de ser, quer dizer um objetivo; este objetivo uma vez determinado fixa a natureza e o valor dos meios a colocar em obra, o emprego a se fazer das forças (1906:13).

Foch, embora possa ter cometido erros de interpretação no que concerne à doutrina de Clausewitz, segundo críticas de Aron, é um estudioso das campanhas napoleônicas e das idéias de Clausewitz. É, a partir desses estudos, que define a guerra moderna como uma guerra nacional, salientando a importância do nacionalismo, e, principalmente, dos aspectos morais. Como enfatiza Schneider:

> Foch acaba concluindo que tanto o elemento mecânico como o psicológico conduzem ao que se chama a batalha-manobra, que é a batalha por excelência, baseada na ação da reserva, esse imprevisto que acaba por arrancar a vitória (1975:93).

Foch defende a ideia de que todo exército deve acatar e respeitar a autoridade dos generais, dos chefes, pois eles possuem a árdua responsabilidade de responder por todas as ações da instituição. E, ao contrário do que acontece atualmente em muitos países, Foch pensa que o Estado-Maior deva ser composto por um pequeno e qualificado número de oficiais superiores. Segundo análise de Recouly: "(...) o método de comando de Foch se revela a nós sob a forma de Estado Maior minúsculo, funcionando como um simples gabinete militar (...)" (1991:90-91).

Finalizando esta explanação a respeito das ideias de Foch, destaca-se a sua preocupação com o aspecto disciplinar a ser imposto

a todo exército em tempos de paz ou de guerra: em sua concepção, são a disciplina e a obediência ampla e irrestrita que mantêm a ordem, permitindo o respeito e o reconhecimento hierárquico. Sem a disciplina, não existe hierarquia, nem obediência, o que, conseqüentemente, decreta o fim das ordens militares. Segundo Foch:

> O Exército, de início, é um ser delicado que vive da disciplina. A disciplina é a força principal dos exércitos, e ela é também a primeira condição de sua existência; sozinha, graças à organização hierárquica, a transmissão e a execução de ordens que resulta, ela permite ao chefe dirigir uma ação qualquer (1906:276).

Foch influencia sua época e as posteriores com seus ensinamentos, principalmente na Escola Superior de Guerra Francesa, onde são formados os futuros comandantes do Exército Francês. Segundo análise de Earle: A influência dos ensinamentos de Foch na Escola de Guerra se fez sem dúvida sentir na elaboração do Plano de Campanha francesa, onde a doutrina da ofensiva se afirmava totalmente (1980:260).

Com base nas campanhas de guerra desenvolvidas por líderes detentores de vitórias, tais como Napoleão, Foch cria e desenvolve os princípios de guerra a serem seguidos em campanhas posteriores. Como afirma Schneider, ele define "em estilo clausewitziano a educação militar dos futuros chefes, e colocou o ensino militar entre

dois pólos: os princípios e os casos concretos históricos" (1975:89). Inspirado na doutrina napoleônica, acredita que a guerra é nacional, envolvendo interesses comuns a todos e, principalmente, à supremacia da nação. Mencionando Napoleão e reafirmando sua importância da história das guerras, Foch afirma: "Para Napoleão há princípios de guerra. Estudando os altos feitos dos grandes capitães, encontramos estes princípios" (1906:08). Segundo Recouly:

> Nós estamos em plena doutrina Napoleônica. Foch desenvolveu sua idéia, estabeleceu que a guerra será de mais em mais nacional, que ela será feita pelas massas mais e mais consideradas, que o fator humano jogará de mais e mais um papel predominante. Onde a necessidade de voltar a uma estratégia que vise a batalha como argumento supremo e que empregue a manobra (...) (1921:41).

A guerra tem suas origens e seu fim, tem sua natureza e metodologia. É, de acordo com essa natureza, que os militares se servem dos meios apropriados para executar os combates. O militar precisa conhecer e estar ciente desses fatores para atingir os resultados almejados. A arte da guerra consiste em ter mais força que o inimigo. Com esse intuito, devem ser destruídos seus centros de apoio. Como aponta Foch: "procurar as armas inimigas, centro da força adversária para os bater e destruir, e tomar a direção e a tática que lhe conduzam mais rápido e mais seguramente, esta é toda a moral da guerra moderna" (1906:41).

A vitória, na guerra moderna, depende primordialmente da tática, da ordem e da evolução dos combates. Não é necessário apenas ter armas superiores às do inimigo, mas também seu moral elevado. A batalha nada mais é do que a luta entre duas vontades, e a guerra é, em si, um departamento de força moral.

Pensamento de De Gaulle

No período entre-guerras, o exército francês ainda pensa e vive de acordo com os meios e as estratégias da Primeira Guerra, a guerra de trincheiras. Sua perspectiva estratégica baseia-se na defesa, e, para tal, prossegue fazendo pesado investimento na Linha Maginot, segundo constatação do *Anuário Militar do Brasil*:

> Continua ainda sendo feito o trabalho para a extensão da linha Montmedy ao longo da fronteira belga até o Canal da Mancha, mas ainda serão necessários dois anos para completá-la. Todo o sistema de defesa, que o Estado Maior Geral considera inexpugnável e sobre o qual repousa todo o lado francês de mobilização e o plano de defesa do Estado Maior, custou à França 400 milhões de dólares (1937:04).

Os militares franceses seguem, assim, investindo na Linha Maginot. A fortificação que se erguia na fronteira norte da França recebeu o nome de Linha Maginot, devido ao ministro da Guerra de 1929 a 1931 e um de seus idealizadores, André Maginot. O povo

francês, cansado de guerra, passa a fazer campanhas pacifistas. Desacreditando na iminência de uma nova guerra, "o contribuinte recusa-se a financiar grandes despesas de ordem militar" (Schneider, 1975:116).

Dessa forma, a defesa nacional francesa passa a agir com passividade, pois o Estado-Maior pensa que os investimentos na Linha Maginot seriam suficientes em caso de um ataque. Trata-se de uma estratégia voltada para a defesa.

Como afirma Augusto: "A concepção conservadora e imobilista da estratégia francesa era fundamentada em operações de guerra estática e princípios defensivos"(1991:36). Logo após a Primeira Guerra, os franceses, traumatizados com as trincheiras, buscam substituí-las por uma fortificação, o que seria uma grande vantagem, conforme análise de Duroselle: "Substituir as trincheiras a céu aberto, sujas, lamacentas, perigosas, por fortificações confortáveis com metros de construção sobre a cabeça, veio a ser uma sorte de obsessão nacional"(1979:243-244).

A linha Maginot é então considerada pela doutrina militar e de guerra francesa como suficiente para evitar o ataque alemão, em caso de nova guerra. Assim, o governo francês aplica grande parte dos investimentos destinados às forças armadas na construção dessa

fortaleza ou muralha militar que deveria ter impedido a invasão da Alemanha na Segunda Guerra Mundial. Segundo Castelo Branco:

> (...) a doutrina estabelecia a concepção de uma guerra estática, caracterizada por uma frente fixa, contínua, ao longo da fronteira, destinada a esperar o alemão invasor, sem mesmo cuidar de ir ao encontro do inimigo. Até a aviação seria empregada somente para interceptar e não para atacar (1968:247-248).

Mas nem todos os militares franceses pensam dessa forma. De Gaulle opõe-se veementemente à reação pacifista da França e propõe a formação de um exército de manobra e de choque mecânico, com mobilidade. Defende a especialização, a aviação forte, a formação de um corpo de reserva. Pugna, enfim, o preparo de um exército de elite. Suas idéias, que encontram o apoio de alguns jornalistas, como André Pironneau e Rémy Roure, sofrem, não obstante, fortes oposições: "a doutrina de De Gaulle é combatida pelos generais Marie Eugene Debeney (1864-1943), Maxime Weygand (1867-1965) e pelo Marechal Pétain (1856-1951)" (Schneider, 1975:120).

As idéias pacifistas que dominam a Europa, exceto a Alemanha, no período entre-guerras devem-se às grandes perdas ocorridas na Primeira Guerra: "os abusos recentes do exército desenvolveram, em nosso povo uma psicose anti-guerreira" (De Gaulle,1934:102-103). Trata-se de um pacifismo de elite, conforme a

classificação de Scheler, pois a ela não deseja passar novamente pelas penosas experiências da Primeira Guerra. O povo, temeroso de que uma nova catástrofe se abata sobre o país, recusa-se a aplicar os dividendos nacionais em rearmamento. Conforme análise de Marill:

> O poder político pensa em efeito que a aspiração dos franceses exige uma orientação pacífica da nação, e que método estado de causa é preciso evitar a todo preço os horrores da guerra de trincheiras. É assim que em 1928 é adotado o serviço militar de um ano, que condena o Exército francês a não dispor mais que vinte divisões, em tempo de paz, e que dá aos reservistas um peso decisivo em caso de guerra (1991:26).

A redução do tempo de serviço militar francês de dois para um ano representa um atraso para a força, pois, com isso, diminuiu também o tempo de treinamento de seus integrantes, obrigando a procurar suporte nas linhas de reserva. Alinhado com opinião pacifista da população em geral, o próprio exército não calcula bem o perigo representado pela estratégia ofensiva alemã. O pensamento do Estado-Maior, arraigado à estratégia defensiva da guerra de trincheira, gasta boa parte do orçamento militar na grande fortificação. De acordo com Marill: "A França finalmente confiou nas fortificações para estabelecer sua política militar e para resistir ao revisionismo alemão radicalmente contra as cláusulas do Tratado de Versales" (1991:28).

Em 30 de setembro de 1927, é criada a Comissão de Organização das Regiões Fortificadas, para manter a construção de fortificações ao longo da fronteira. Na França, no período entre-guerras, há três grandes generais, saídos da Primeira Guerra: Ferdinand Foch (1851-1929), Joseph Jacques Césaire Joffre (1852-1931) e Philippe Pétain. Foch é o comandante chefe das forças aliadas que leva a França a vencer a guerra; Joffre vence, em 1914, a batalha de Marne (ocorreu no período de 05 de setembro a 12 de setembro de 1914); e Pétain é o vencedor, em 1916, da batalha de Verdun (ocorreu no período de 21 de fevereiro a 19 de dezembro de 1916).

Esses vultos históricos defendem a estratégia do *front fortifié* e influenciam as decisões no período. Mesmo após sua morte, Foch, por exemplo, deixa seguidores; entre eles, destaca-se Maxime Weigand, que, seguindo as orientações do mestre, mantem-se empenhado na construção das fortificações. O órgão mais importante na França, responsável pelas decisões de ordem militar, é, então, o Conselho Superior da Guerra, cuja direção foi ocupada até 1931 por Pétain, seguido por Weigand até 21 de janeiro de 1935, e, posteriormente, por Maurice Gamelin até 1938.

Em 21 de janeiro de 1938, Gamelin passa a ocupar o cargo de chefe do Estado-Maior, general da Defesa Nacional. O Estado-Maior não deixa de ser um prolongamento dos que lá ocuparam o comando,

a menos que ocorra uma cisão e mudem radicalmente os altos comandantes da força. Segundo Garret: "os generais Weygand e Gamelin eram adeptos da organização de um sistema fortificado permanente sobre a fronteira Norte" (1985:159).

As fortificações exigem muitos investimentos, equivalentes a cerca de 7 a 8 milhões de francos por ano. Em 14 de janeiro de 1930, André Maginot, ministro da Guerra da França, faz votar a lei que ordena a construção da muralha e obtém um crédito de 2.900 (dois mil e novecentos) milhões de francos para a construção da defesa da fronteira (Garret, 1985:45). Mas esse primeiro crédito logo se esgota. Weigand, chefe do Estado-Maior, em 1940, apóia a política das fortificações e o investimento dessas relevantes quantias nos fortes, mas não deixa de perceber que a França carece de armamentos mais modernos e da ampliação do quadro de efetivos, devido à diminuição do serviço militar para um ano. Como bem explica Garret, em seu estudo sobre a linha Marginot:

> A modernização estava no começo. Faltava em particular uma artilharia anti-aérea, anti-carros de combate, morteiros, carros de combate rápido, transmissões adaptadas à época, artilharia de campanha (...). A motorização apenas começava (1985:168).

Assim, a França, com a defasagem de seus armamentos, passa a precisar de material bélico à altura do progresso técnico,

principalmente porque a situação, na Europa, está cada vez mais perigosa. "A Alemanha sob a ditadura de Hitler reformou o Exército em potente força" (1985:172). Em 1934, a Alemanha sai da Sociedade das Nações e da Confederação de Desarmamento, viola o Tratado de Versalhes e intensifica seu rearmamento. Enquanto isso, apenas em 2 de julho de 1934, a França desvincula a Aeronáutica do Exército e cria a *l´Armée de l´Air*.

A Alemanha, como país vencido na Primeira Guerra, parte para a adoção de uma estratégia ofensiva, enquanto a França, como país vencedor, se mantém na retaguarda e adota estratégia defensiva. Sem dúvida, dentre os aspectos mais vulneráveis da conduta francesa, está o apoio à estratégia defensiva, concentrada na Linha Maginot: com isso, toda força econômico-militar centraliza-se em único ponto. A este respeito, afirma Garret: (...) a defesa que espera o ataque inimigo à beira de uma linha fortificada é uma defesa passiva. A passividade é o risco maior em tempos de guerra. (...) a guerra vitoriosa é feita de iniciativas, iniciativas que levam às vezes a defensiva (1985:361).

No período entre-guerras, a defasagem armamentícia dos franceses e também a adoção de uma estratégia ultrapassada para o período – a aviação, ainda ligada ao exército, funciona como uma das armas agregadas à infantaria, considerada arma principal – são os principais erros do exército francês. É verdade que a aviação busca,

na época, emancipar-se do Exército: em 1928 é criado o Ministério da Aeronáutica e em 1931 o Conselho Superior do Ar. Mas o avião é ainda visto como um elemento de apoio; não se dimensiona sua significativa importância em caso de ataque. Como afirma Duroselle: Para a aviação, a questão crucial é as relações com o Exército, que emergiu nos anos 20. Segundo o exército, a aviação deve constituir um apoio a sua estratégia. (...) Logo, o essencial da força aérea deve ser uma aviação de cooperação (1979:247).

O Estado-Maior francês não vislumbra o quanto o avião seria preponderante em combate na Segunda Guerra, delegando-lhe simples tarefas de abastecimento de tropa e reconhecimento de terreno, razão pela qual a aviação fica subordinada ao Exército até meados da década de 30. De Gaulle, além de defender a importância do avião, também denuncia o fato de que a Linha Maginot não seria suficiente para garantir a segurança da França em caso de conflito.

Ele procura demonstrar que a melhor estratégia de guerra é a ofensiva e que, caso contrário, o inimigo tende à conquista de mais espaço e à invasão territorial. Diz ele: "O defensor se permanecer passivo, ver-se-á surpreendido, imobilizado, envolvido, (...). Se, ao contrário, dá mostras de espírito empreendedor (...) não só parará os golpes, como arrebatará ao inimigo a iniciativa" (1996:42-43).

Muito tardiamente, a França percebe que um exército profissional é o melhor terreno para a atuação do espírito militar. Inicia, em 1939, uma preparação de divisões blindadas, o que não é suficiente para conter os avanços alemães. Como afirma Schneider:

> Depois de um período de hesitação, marcado por um esforço tanto na Linha Maginot como nas outras fortalezas, tenta-se infelizmente já bastante tarde, uma experiência de motorização e mecanização. Na verdade, numa democracia, uma vitória é sempre nefasta para o exército do pós-guerra, quando a Nação não antevê possibilidades de conflito, recusando-se a custear despesas para renovar o aparelho militar. É que a reforma das forças armadas é tanto uma questão política e financeira como militar. E, não tendo Forças Armadas adequadas à sua estratégia, os generais franceses terão de contentar-se com a estratégia de suas Forças Armadas. Será esse o grande drama de 1940 (1975:121).

De Gaulle escreve três trabalhos de grande relevância no período entre-guerras: *Le fil de l'epée* (1932), *Vers l'armée de métier* (1934) e *La France et son armée* (1938), que não obtêm, na ocasião, bom acolhimento por parte do alto comando francês e também pela população, embuída de extremado pacifismo. Nesses escritos, De Gaulle, acima de tudo, defende a importância de uma maior especialização por parte dos quadros do exército, tanto de oficiais como de graduados:

> O momento é chegado de juntar a nossa massa de reservas e recrutas o elemento principal da resistência nacional, lento a reunir, difícil a colocar em obra o gigantesco esforço não será correspondido que ao último grau de perigo, um instrumento de manobra capaz de agir sem prazo, o que quer dizer

permanentemente na força, coerente, cansado os exércitos no ponto da cobertura francesa sem um exército profissional (1934:44).

De Gaulle consegue prever, com presteza, como seria o próximo combate mundial, em termos de armamento e preparo técnico-militar, lançando as bases para a preparação da França, caso a guerra realmente ecloda. Esse embasamento dá origem a uma nova doutrina de guerra, apoiada na mecanização das forças e na ofensiva, o que contraria a doutrina de guerra do alto comando francês e, principalmente, a opinião dos grandes vultos da história militar francesa, participantes da Primeira Grande Guerra. De Gaulle não hesita, em nenhum momento, em apontar a evolução militar que se faz necessária e que não é percebida por Joffre e Foch:

> No conflito do futuro, cada vez que uma frente se romper, ver-se-ão tropas rápidas correr até muito longe atrás do inimigo, atacando seus pontos sensíveis e transformando todo seu sistema. Assim será restaurada essa extensão estratégica dos resultados de ordem tática, que nem Joffre (...) nem Foch jamais puderam obter, e que constituía outrora o fim supremo e como que a natureza da arte militar (1996:123).

De Gaulle também reconhece que o exército é uma instituição refratária e conservadora: apesar de ter em seu âmago homens de ciência e de ação, trata-se de um órgão bastante cauteloso, quando o tema é mudança. A transformação, no meio militar, implica uma reorganização geral de todos os quadros e segmentos, partindo da

doutrina para o emprego da força, do conjunto normativo e doutrinário até os aspectos técnicos e armamentistas.

De Gaulle acredita que, da mesma forma como as técnicas evoluem, devem avançar as condições do exército no domínio dessas técnicas: "as condições modernas da ação militar reclamam guerreiros com habilidade técnica crescente" (1934:54). Interroga-se mesmo sobre a possibilidade de existência de discursos contrários a essa ordem natural de evolução: (...) as conferências internacionais retém, tecem, como os parlamentos, o discurso geral contra o progresso do material de guerra. Mais o que? Nada pode contra o espírito dos tempos (1934:53).

Para De Gaulle, esse avanço da máquina, da indústria bélica, altera toda a concepção de guerra – as ideias, as leis e a doutrina militar – pois "as doutrinas de guerra, em efeito, seguem como é natural o mesmo curso que levam os séculos e os impregnam de mecanismo" (1934:64). Também chama atenção para a história militar, sem negar, porém, o progresso científico. Reconhece que os feitos do passado são importantes, mas assinala as mudanças tático-estratégicas que os novos tempos impõem:

> Diante do futuro desconhecido, o espírito humano procura um recurso e acredita encontrá-lo, do ordinário. Como a política consulta os precedentes ou o jurista o costume, assim o soldado se esforça a tirar dos fatos da guerra completadas as regras próprias a lhe guiar os atos de amanhã (1934:141).

Em vários trechos de suas obras, De Gaulle faz referência ao espírito francês e, não propriamente, ao espírito militar. O espírito francês é por ele colocado como sobrepujante, sendo o fator desencadeante de todas as outras idéias e doutrinas vindouras:

> O espírito francês, curioso e compreensivo, ele tem necessidade de lógica, gosta de encadear os fatos pelos raciocínios, fia-se na teoria com mais boa vontade do que na experiência. Essas disposições naturais, acentuadas pelo que a ordem militar possui, necessariamente, de imperiosa e reforçadas pelo dogmatismo inerente ao ensino, fazem florescer, entre nós mais do que alhures, as doutrinas de escolas (2001:39-40).

O espírito francês é para De Gaulle o princípio norteador de toda organização militar: por intermédio dele, advém a preparação para a guerra e, principalmente, o caráter do chefe. É do caráter que surge todo processo criador, pois "o caráter imprime dinamismo próprio aos elementos da ação" (2001:57). A ação a que se refere é a guerra em si mesma, a ação são homens em meio às circunstâncias (2001:142).

Dessa maneira, argumenta que ação e doutrina estão constantemente interligadas na preparação da guerra, e que ambas emanam do espírito francês: Ele (o espírito francês) se esforça sem cessar na construção de uma doutrina que lhe permita, a priori,

orientar a ação e conceber a sua forma, sem levar em conta as circunstâncias que lhe deveriam servir de base (2001:98).

Os estudos e conclusões de De Gaulle são importantes justamente para demonstrar que, entre os oficiais superiores da França, há divergências de pensamento. No momento em que escreve seus trabalhos, ocupa a patente de major, não havendo sido entendido por muitos de seus superiores e também pelo povo francês em geral, que não admite nenhuma hipótese iminente de guerra.

O trabalho de De Gaulle passa a ser valorizado pelos franceses somente após o início da Segunda Guerra Mundial, quando fica patente que a Linha Maginot não é capaz de deter o ataque germânico e os alemães marcham triunfantes sobre Paris. O pensamento doutrinário militar da França fundamenta-se na invencibilidade da defesa, ou seja, na Linha Maginot: "a manobra é a peça mestre de toda guerra e a fronteira fortificada constitui a espinha dorsal" (Marill, 1991:26). Ainda tentando evitar o fracasso francês contra as investidas alemãs, em janeiro de 1940, De Gaulle escreve para o general Gamelin, solicitando a organização de uma força de choque mecânica, com forte aviação e um exército de manobra para enfrentar os blindados do inimigo, mas Gamelin não lhe dá ouvidos.

A França fecha os olhos para o avanço tecnológico dos armamentos, o que, naturalmente, altera as coordenadas estratégicas

e táticas da guerra. A porcentagem de efetivos por arma na Primeira Guerra Mundial, em 1918, é, de acordo com Marill, de: 50,4% infantaria; 35,7% artilharia; 6,9% engenharia; 4,0% cavalaria e 3,0% aviação (1991:27). Na Segunda Guerra, há proeminência da artilharia e da aviação.

De Gaulle distingue a inteligência do instinto: a inteligência é quem proporciona o conhecimento teórico, de onde partem as doutrinas; o instinto é, "com efeito, em nosso ego, a faculdade que nos liga mais perto à natureza" (2001:34). Ao aliar o instinto à inteligência, o homem está, para ele, mais próximo do êxito, enfrentando o conflito armado com mais chances de derrotar o inimigo.

Em caso de guerra, são as circunstâncias que determinam o que se deve e pode fazer, sendo cada momento um caso particular. Daí porque inteligência e instinto devem caminhar juntos, tirando o melhor proveito do fator circunstancial. Relembrando os ensinamentos napoleônicos, De Gaulle afirma: "Aproveitar as circunstâncias, adaptar-se a elas, explorá-las, tais foram as bases das concepções de Napoleão. Procurar-se-ia em vão, nos seus planos e ordens, a sombra de uma teoria de procedimento" (2001:101).

Assim, embora as suas ideias possam parecer bastante inusitadas para o período na França, De Gaulle, como muitos outros

militares franceses, também apóia sua teoria no exemplo histórico fornecido pelos atos e ensinamentos de Napoleão Bonaparte. Esse líder militar, cujas ações ocupam espaço incomensurável na literatura militar francesa e exercem uma influência que perpassa os séculos, é atualizado, juntamente com as circunstâncias e toda evolução técnico-científica, quando o assunto é *legado militar*.

É assim que De Gaulle a ele se refere: Sempre habilíssimo em adaptar as suas concepções às circunstâncias que estudava apaixonadamente: o inimigo, o terreno, as distâncias, a personalidade dos seus comandantes imediatos, o valor e o estudo de suas tropas (2001:101). Napoleão marca a História das guerras com seu legado e eprmanece sendo estudado pelos teóricos que se debruçam sobre o tema como Raymond Aron.

Aron e a importância dos exércitos

Raymond Aron, renomado sociólogo francês, ao examinar as relações internacionais enfatiza a importância das articulações diplomático-militares, inseridas nas relações de poder. Aron produz inúmeros textos sobre as relações entre guerra e paz, sobre a importância do regime militar em estados com unidade política constituída, e sobre a vontade de soberania, intrínseca a todas as nações, no cenário internacional.

Na perspectiva de Adriano Moreira (2005), Aron é um realista, como Maquiavel. E essa política realista, encontrada tanto em Maquiavel, como em Aron, apresenta-se não apenas como uma leitura dos fatos, mas também como uma vontade espiritual de não se prender ao idealismo, mas de raciocinar e pensar a realidade. Em razão disso, ambos priorizam o cálculo político: Maquiavel é um dos pensadores que observa a sucessão dos fenômenos e elabora, a partir dela, seus conselhos sobre a forma de ação em determinadas situações.

Nesse contexto, uma das principais características do realismo é a importância por ele conferida ao poder. O poder é colocado no centro da vida política, estando, conseqüentemente, ligado às relações internacionais contraídas pelos estados: torna-se, assim, elemento essencial à política interna e externa de todo país.

O poder, para Aron, traduz-se como a capacidade que um estado possui de influenciar a conduta de terceiros. A relação de poder entre as nações pode variar de acordo com a natureza dos interesses e conflitos que se estabelecem na posse dessa vontade. Toda a unidade política busca persuadir uma segunda e materializa essa influência através do exercício do seu poder de coesão, que perpassa as esferas econômica, política e militar.

Em que pese Aron ser reconhecido como um discípulo de Maquiavel, não se deve subestimar a influência que sofreu de Clausewitz, sendo, por isso mesmo, considerado um neoclausewitziano. Ainda que possuam bases empíricas diferentes, a guerra é vista por ambos como complexo objeto de estudo que possui relações de relatividade com a paz. Um dos pontos importantes de divergência entre eles reside no fato de Aron considerar o político e o militar como pertencentes à mesma esfera de importância, enquanto o prussiano pensa que o político goza de supremacia sobre o militar (Clausewitz, 1979).

A vida internacional desenvolve-se através do exercício das esferas de poder em que cada estado está inserido, sendo a guerra um fator autonomizador no movimento das relações interestatais. A partir dessa premissa, Aron passa da macro-análise a um entendimento mais específico dos fatores: examina as figuras do diplomata e do soldado, bem como os papéis que ambos desempenham nas relações internas de poder, antes de transcenderem como expoentes de representação do estado na política externa.

Em sua análise, Aron não deixa de perceber o valor do indivíduo em relação à conjuntura interna do estado, bem como o papel desempenhado por suas paixões e aspirações. Para que determinado grupo político se mantenha no poder, ele precisa não só entender, como falar na perspectiva da comunidade que representa.

Para o pensador, a diferença entre político e militar é artificial. Usa como justificativa para sustentar sua posição o fato de o combatente emanar da mesma sociedade que os civis e ter os mesmos desejos e objetivos que esses, porque é proveniente da mesma conjuntura social, política e cultural.

Aron acredita ser a ordenação da força armada necessária para a autonomia do estado. A disciplina e a hierarquia militar são vistas por ele como fatores preponderantes para a manutenção da tropa coesa; daí a relevância do estabelecimento de normas e da imposição do cumprimento de ordens. O pensamento do autor é utilizado no presente estudo como referência teórica, em particular, as idéias expostas na obra *Paz e guerra entre as nações* (1986), dedicada à análise das relações político-militares que permeiam a vida interna e externa de um estado.

Raymond Aron destaca a importância da guerra e, conseqüentemente, da força militar, a relatividade entre o político e o militar, a necessidade de disciplinar e adestrar a força de combate e a consideração do poder militar como força pertinente para a autonomia internacional do estado.

Assim, a partir do pensamento de Aron, procuram-se aqui melhor definir algumas questões: o que é estratégia e a qual poder político ela está ligada? A que campo de atuação pertence a tática?

Por que é importante para o estado criar e manter um poderio armamentista? O que significa para um país ter um exército forte na esfera da política interna? E, na externa? Por que armar, ordenar e disciplinar o exército? De que maneira os poderes político e militar se fundem?

Aron acredita na interdependência entre o político e o militar: tratam-se, para ele, de dois poderes que se precisam mutuamente, porque a política condiciona a estratégia e a tática, razão pela qual a separação entre ambos é artificial: *a guerra é a política por outros meios* (1986:14). No interior de um estado, o antagonismo civil-militar desaparece quando a questão do valor de cada setor se funde e se interliga: "o valor militar, demográfico e econômico de uma terra muda com as técnicas de combate e produção, com as relações humanas e as instituições" (Aron, 1986:12).

A conduta das operações militares está diretamente subordinada aos desígnios políticos de cada estado, de cada unidade política. Quanto mais as ordens se afastam do teatro de operações e se aproximam do comando maior, mais influências políticas sofrem. Em decorrência dessa constatação, conclui: "O pensamento estratégico nunca está separado do pensamento político" (2006:1047). A guerra é fenômeno complexo que está em relação de relatividade intrínseca com a paz.

As técnicas de combate estão articuladas a muitas variantes, tais como o desenvolvimento da indústria bélica e a própria tradição do país; são, portanto, relativas, uma vez que sua eficácia depende do inimigo contra quem as emprega e do período histórico em que são utilizadas. Segundo Aron:

> No período de entre-guerras, a técnica de combate e a organização do exército tornavam a mobilização geral legítima e possível. Todos os cidadãos em estado de combater podiam ser postos em armas, desde que a indústria os equipasse. Como a regra era a mobilização total, o potencial da força militar passava por proporcional ao potencial econômico (1986:116).

A indústria e as técnicas de combate possuem papel relevante no adestramento da tropa e, conseqüentemente, na escolha da estratégia a ser empregada durante o confronto. Mas um combate ou um combatente não devem ser definidos pelo método utilizado. Tampouco se podem estabelecer juízos de valor sobre determinado exército pelas armas ou táticas empregadas no confronto. Um exemplo latente é a guerra do Vietnã, na qual o bem equipado soldado americano se deixa vencer pelo mal equipado guerrilheiro vietnamita.

A guerra e a política caminham juntas e se formam de modo interdependente: a guerra corresponde às intenções políticas, e a política depende dos meios de guerra disponíveis. O fim da guerra se

dá quando o adversário se submete à vontade do estado vencedor; a vitória ocorre pela imposição de uma vontade sobre outra unidade política. O inimigo tem que se curvar, se submeter frente às imposições do estado preponderante, o que, muitas vezes, acaba por confundir o desejo de força com o desejo de vitória. A esse respeito, Aron alerta:

> Quando os estados se engajam em luta, surge o risco de que a vitória militar se torne um fim em si mesmo, fazendo-os esquecer os objetivos políticos. A vontade de vitória absoluta, isto é, uma paz ditada soberanamente pelo vencedor, é muitas vezes a manifestação do desejo de glória mais do que do desejo de força (1986:129).

As relações entre os estados (interestatais) ocorrem por duas vias: a diplomática, em tempos de paz; e a militar, em tempos de guerra. Dessa maneira, Aron atualiza as figuras do diplomata e do soldado, como representantes legais das coletividades: "o diplomata, no exercício de suas funções, é a unidade política em nome da qual fala; no campo de batalha, o soldado é a unidade política em nome da qual mata o seu semelhante" (1986:52).

O diplomata, como encarregado de persuadir o outro através de sua oratória e de seu poder de convencimento, é o agente que atua em tempos de paz. E, quando não alcança os objetivos que lhe são confiados, é também quem ameaça com a guerra. A guerra é o último recurso da diplomacia, tanto do ponto de vista dos homens de estado,

que tomam a decisão, quanto na ótica dos sociólogos, que interpretam o comportamento dos homens de estado (Aron, 2006:881). A paz e a guerra estão em constante articulação, são duas faces da mesma moeda: na paz, negocia-se para evitar a guerra; na guerra, luta-se para estabelecer a paz.

Paz e guerra fazem parte da dialética internacional entre as nações, sejam elas mais ou menos equipadas, ricas e desenvolvidas: o diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra (1986:52). A paz, seja ela de que tipo for, existe na mesma proporção que a guerra, classificada por Aron, como *interestatal*, quando é travada entre dois estados, ou como *superestatal*, quando ocorre entre blocos antagônicos.

Aron destaca três elementos de análise que desafiam a ciência política: (1) a determinação do campo diplomático; (2) a identificação das relações de poder que se estabelecem no campo diplomático; (3) a identificação mais clara da técnica de guerra a que os governantes se referem para impor sua posição no jogo das relações internacionais (2006:881).

A diplomacia emprega a persuasão, o convencimento para obter seus objetivos sem a utilização da força, ao passo que o soldado usa a estratégia. A estratégia de guerra precisa definir quais os

objetivos a serem atingidos com o conflito, a natureza do inimigo e os meios disponíveis para a luta. Mesmo que um exército seja bem preparado e equipado, sempre existe o risco, o imprevisto, a surpresa. Segundo Aron, "a guerra é um jogo. Exige ao mesmo tempo coragem e cálculo" (1986:71).

O cálculo é avaliado não apenas pelo meio militar, mas também pelo político, pois: "a guerra é ato político, surge de uma situação política e resulta de uma razão política" (1986: 881). Em caso de guerra, três elementos são substanciais: as armas, o efetivo e a ação coletiva. Deles depende a defesa nacional que possui sua doutrina estratégica, formulada pelo político e pelo militar. Os meios empregados em campo de batalha e a ação tática são uma escolha dos comandantes militares, mas a estratégia de guerra sofre influência direta do poder político. O objetivo da tática é vencer a guerra; o da estratégia é alcançar as metas políticas (Aron, 2005:33).

O poder político manifesta-se pela aplicação da força. Aron não deixa dúvidas quanto à diferença entre poder e força; denomina de *força potencial* os recursos humanos, materiais e morais de um estado e de *força real* os recursos efetivamente utilizados, em caso de conflito. O poder é a aplicação da força, do ponto de vista militar, econômico e político. Segundo Aron: "o poder é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais. Em

poucas palavras, o poder político não é um valor absoluto, mas uma relação entre os homens" (1986:99).

Nessa relação de poder, as alianças e as inimizades são, na maioria dos casos, temporárias e determinadas pela relação de força. As nações relacionam-se e competem entre si neste jogo internacional. O sistema internacional é constituído pelas unidades políticas que podem sempre ser agentes propagadores de guerra. Daí porque as forças disponíveis pelo estado devem estar em constante mobilização.

Após a definição da doutrina de defesa nacional, os poderes militar e político determinam a doutrina estratégica a ser empregada e postulam as missões políticas que devem ser executadas pelos militares. É, em razão disso, que Aron acredita não existir separação entre o político e o militar: A política não comanda apenas a concepção do conjunto da guerra. Em certos casos, determina também uma batalha, os riscos que os chefes militares devem aceitar, os limites estratégicos impostos às iniciativas táticas (1986:86).

A constante mobilização, trabalhada e exercitada pelas forças armadas, são simulações de casos de guerra que atendem aos interesses da estratégia, de acordo com a doutrina militar e o pretenso inimigo que se tem em mente. O adestramento, nesse caso, consiste

em exercitar, no teatro de operações, o que realmente os combatentes podem vir a ter que executar, em caso de conflito armado.

Nesse sistema de inter-relação político-militar, conclui Aron, a qualidade da força a ser empregada é definida pelo político. Assim, afirma: "Ninguém duvida de que a qualidade da classe militar e a eficiência do exército sejam influenciadas pelo regime político e pela psicologia da nação" (1986:119).

O militar representa um determinado setor da sociedade; ele provém da sociedade, assim como o político, e as ordens militar e política são as mantenedoras da estrutura social. Conforme Aron: Cada aparelho militar é a manifestação armada de uma dada hierarquia social, ou ainda, para inverter a fórmula, é a ordenação militar de uma certa sociedade, levando em conta a eficácia das armas e de suas diversas combinações (1986:228).

Em toda sociedade, o exército é a expressão das relações de classe. A estrutura interna do estado é importante, pois as políticas interna e externa caminham juntas. É preciso equilibrar e manter as forças internas para se obter a política de poder, cujo caráter é internacional (Aron, 1986:737). Quando, em tempos de paz, as dissidências não se resolvem pela diplomacia, então o último recurso a ser utilizado é a guerra:

> A guerra é o choque de condutas organizadas, uma prova de força entre as "equipes", cada uma das quais pretende levar a melhor sobre a outra mediante a multiplicação do vigor de cada combatente pela disciplina do conjunto (Aron, 1986:448).

O objetivo do combatente ou da batalha é levar vantagem sobre o adversário ao explorar o êxito militar. Nessa direção, a disciplina é tida como um fator preponderante para a obtenção dos propósitos de guerra e para a formação de bons quadros militares: sem a disciplina, não é possível a vitória. Mas, para Aron, a disciplina é a expressão da hierarquia social, devido às relações humanas que os combatentes contraem entre si e com as classes sociais.

Dentro do estado, os meios econômico, político e militar estão interligados e derivam das classes sociais. Esses agentes são identificados por Aron como os propulsores da força de uma unidade política: através do desempenho de cada um deles, chega-se a diferentes graus de poder. O cenário internacional é composto por países que se situam em diferentes escalas de poder ou potencial, o que acarreta maior ou menor poder de coação frente aos conflitos em âmbito interestatal.

É através da ameaça e da força armada que um estado consegue impor sua vontade sobre os demais. Para Aron: "A coação tem sido inseparável da política" (1986:925). A capacidade de

equilibrar ou conter a força de outros estados depende das condições de um estado de se sobrepor à vontade do outro. O estado é detentor do monopólio da violência legítima, e, como tal, possui o exército com a função de combater o inimigo externo, seja qual for a natureza ideológica deste estado (Aron, 2006:1019).

A estratégia político-militar tem preponderância em todos os momentos das negociações (coação e ou persuasão) e do conflito armado, salvo, segundo Aron, a seguinte exceção: "a inteligência estratégica e o esforço de persuasão só são reduzidos à impotência nos momentos extremos do combate" (1986:920).

A relação político-militar está intrinsecamente ligada à inteligência estratégica e é elaborada pelas duas esferas de força. Pode-se considerar que a conduta da guerra se faz pelo poder civil e a conduta das operações de guerra pelo poder militar, sem esquecer, não obstante, como lembra Aron, que não há uma separação, a não ser de forma artificial, entre o poder político e o militar. Portanto, é difícil, senão impossível, identificar a linha divisória entre conduta de guerra e conduta de operações. Sobre essa distinção, Aron afirma:

> À medida que se sobe do nível do comando de pelotão para o estado maior geral, as ordens são cada vez mais influenciadas por considerações políticas e pela pluralidade dos objetivos, vinculando-se não apenas à situação local, e as operações específicas a serem executadas, mas a totalidade da campanha e à própria guerra (1986:700).

Acompanhando a linha de pensamento de Aron, pode-se concluir que um estado, para ter prestígio e gozar da consideração internacional, precisa desenvolver e fortalecer suas forças internas, que perpassam o econômico, o político e o militar. É, nesse contexto, que a teoria e os estudos de Aron complementam e interessam o presente trabalho.

CAPÍTULO 3

A guerra no século XXI

A GUERRA NO SÉCULO XXI

A queda do muro de Berlim torna-se um marco referencial na História e nas Relações Internacionais ao encerrar o período de Guerra Fria. Vários conceitos são revistos devido à inserção de novos atores no cenário internacional e ao crescimento do comércio exterior, nos últimos anos do século XX.

O final da Guerra Fria traz a despolarização mundial e os Estados Unidos emergem como potência única, o *hegemon*. O fim da definição sistêmica, onde cada caso é um caso, bem como o término do alinhamento automático, da auto-regulação e da previsibilidade, caracterizam o novo período. Os estados deixam de estar subordinados a superpotências, assim aumentam os limites da soberania nacional ao findar a política externa reativa.

Os estados passam a vivenciar a Transnacionalização e a Descontenção: quando o risco de confronto global nas Relações Internacionais cai para praticamente zero. Os novos atores oriundos da desintegração da União Soviética, as organizações não governamentais (ONG), as empresas multinacionais, os órgãos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros, ganham e ampliam poder de ação no sistema internacional.

A globalização se faz inevitável e todas as economias, para obter êxito e prosperidade, têm que aumentar o grau de integração global, a partir de uma economia pró-ativa que acompanha as inovações e demandas de mercado. A globalização conduz o espaço mundial num intenso fluxo de capitais, mercadorias, serviços e produtos.

Segundo a análise de Paulo Roberto Almeida (2011), a globalização se desenvolve em três ondas: a primeira, no período da expansão marítima e mercantilismo; a segunda onda no período da Revolução Industrial inglesa; e a terceira onda tem início no final de Segunda Guerra Mundial, em 1945.

Ao longo dos anos 90, a globalização ganha força e o seu entendimento se torna imprescindível para analisar as Relações Internacionais na contemporaneidade. A globalização transcende à mera noção de atividade econômica que perpassa fronteiras e o paradigma do Estado-Nação como soberania absoluta, que se reconfigura com novo conceito de soberania que, segundo Gonçalves, passa a ser "alienável e divisível" (2011:36).

O poder político é transferido para entidades supranacionais; assim, o estado não mais existe como na análise clássica do termo. Os problemas passam a ser gerenciados também por agências supranacionais. Os estados, com o final da Guerra Fria, tendem a

uma maior cooperação internacional, e daí origina-se a governança global.

A ação dos atores não governamentais, a preponderância dos países desenvolvidos e a perda de poder do estado geram a crise do Estado-Nação. Alguns diplomatas e estudiosos de Relações Internacionais relacionam esta crise como um resultado da ineficiência das políticas públicas, da corrupção e da interdependência dos países no cenário internacional (Leis, 2006).

Além das diferenças políticas e internacionais na interdependência das nações e a intensificação da globalização, ocorrem mudanças no emprego da guerra e no modo de pensar a guerra. O final do século XX e o início do século XXI apontam para a intensificação da guerra irregular, que acontece sem a necessidade de uma instituição com legalidade jurídica, tal como as forças armadas.

Guerra assimétrica e irregular

A chamada guerra assimétrica consiste na capacidade de grupos armados não estatais de sustentar-se quase que indefinidamente em luta contra o poder do estado nacional ou estrangeiro. O perigo iminente que outrora se centrava no

enfrentamento das grandes potências – Estados Unidos e União Soviética – migra para áreas periféricas. Também considera-se guerra assimétrica os enfrentamentos entre dois estados com economias e desenvolvimento militar muito desiguais, pois os países também possuem assimetrias.

No entanto, a guerra irregular é uma forma antiga de guerrear, lembrando que as forças armadas como instituição são uma criação recente na História. Mas a nova configuração internacional intensificou o uso irregular de guerrear, assim, no início do século XXI percebeu-se um aumento na freqüência dos conflitos: como guerra assimétrica, guerra irregular e guerra de quarta geração.

As operações, em que o inimigo não é uma força regular ou um Estado-Nação, são chamadas de irregulares. Dessa forma, a guerra irregular existe como definição certa somente na medida em que ela se diferencia das "convenções" da guerra convencional. Segundo Meigs, a "assimetria significa a ausência de uma base comum de comparação relativa a uma qualidade, ou, em termos operacionais, uma capacidade" (2004:02).

As profundas diferenças em capacidade militar tendem ao uso ou à condução não convencional por parte da força mais fraca (geralmente atacada), que pode ser um Estado-Nação ou não. Segundo Bermudez, na Doutrina Básica da Marinha do Brasil (DBM) encontramos esta explicação:

> A guerra assimétrica é empregada, genericamente, por aquele que se encontra muito inferiorizado em meios de combate, em relação aos de seu oponente. A assimetria se refere ao desbalanceamento extremo de forças. Para o mais forte, a guerra assimétrica é traduzida como forma ilegítima de violência, especialmente quando voltada a danos civis. Para o mais fraco, é uma forma de combate [...] (2013).

A guerra irregular é realizada sem regras e para sua aplicação é necessário um ambiente favorável, e identificar os anseios e necessidades locais para angariar os adeptos necessários para a formação de grupos de combate. Desta forma as estruturas social, econômica e cultural dos estados devem ser analisadas. Segundo Hirst, um aspecto preocupante é "o entrecruzamento que vem se observando entre a identificação do estado fraco como uma ameaça" (2006:78).

A formação de grupos terroristas, de luta ou combate é relacionada aos países com índices de miséria, pressão social, grandes contrastes sociais, crescimento demográfico em ritmo acelerado, violência social e cultural, ausência de mobilidade social, ausência ou fraca presença do estado, interesses externos antagônicos, aspirações nacionalistas, conflitos étnicos e religiosos, falência do regime político, entre outros (Visagro, 2009).

O terrorismo é uma forma de guerra irregular e a mídia é sua principal aliada; quando os atentados são executados, rapidamente algum grupo assume a autoria. Para os terroristas, a guerra se

respalda em uma guerra justa, o que contraria as percepções realistas que concediam apenas ao estado o monopólio da força. Chahab ressalta, contudo, a importância de analisar esse contexto de maneira abrangente:

> O que observamos até aqui é a ocorrência de uma troca significativa na tendência dos conflitos entre os Estados trazendo consigo uma mudança também significativa nos sistemas de segurança individuais e coletivos, portanto, neste cenário se faz importante repensar para que existem os sistemas de defesa dos Estados e de grupos de Estados. No atual contexto a explicação derivaria da existência de novas ameaças como o terrorismo internacional, a produção de armas de destruição em massa, etc. Porém essa é uma analise incompleta da questão e não caracteriza tendências em longo prazo, além de simples explicação contextual. Temos nos concentrado em demasia no ataque às torres gêmeas e deixado de perceber as políticas de poder que subsistem e seguem vicejando no subsolo. Temos tentado sair demasiado rápido dos paradigmas tradicionais das relações internacionais e da análise defensiva talvez pelo forte impacto emocional produzido em todo o mundo quando do ataque, mas também por novas teorias sobre as tendências dos conflitos armados (2006).

Os conflitos armados, atualmente, também emergem de grupos que praticam a guerra de guerrilha. Ao contrário da ação terrorista, a guerrilha é uma luta de massa, que envolve toda a população e precisa do apoio popular para prosperar. E, embora com inferioridade de efetivo e armas, o guerrilheiro tem condições de luta pelo conhecimento do terreno e capacidade de surpresa e mobilidade em regiões agrestes. Essa guerra tem seu teatro de operações descentralizado.

Entre os exemplos históricos de guerras de guerrilhas que obtiveram sucesso, destacamos a Revolução Cubana, liderada por Che Guevara (1928-1967) e Fidel Castro (1926-) na América Central, que começa no setor agrário; e a Revolução Chinesa de Mao Tse Tung (1893-1976), que se origina através dos núcleos operários, teorizado por Mao em três fases: apoio popular e propaganda; confronto com exército regular e tomada das cidades e controle do estado.

Há revalorização da guerra de guerrilha nestes tempos de conflitos assimétricos e irregulares. Por vezes é difícil diferenciar terrorismo de insurgência, que para ocorrer precisa de apoio da população local e desta forma, ter os mesmos objetivos e pretensões do povo, que em geral, está relacionado a questões sociais como fome, miséria, desemprego e reforma agrária.

O terrorismo é uma estratégia de luta de grupos radicais que oferecem espetáculos de terror e se consagram na divulgação de seus feitos, em âmbito internacional e nacional. Na nova ordem mundial, com tantas insurgências e ações terroristas, ocorre maior privatização da guerra, que sai das mãos do estado e das instituições públicas para o controle de empresas e grupos privados.

Guerra de Quarta Geração

A guerra de quarta geração evidencia que pequenas forças de combate podem entrar em confronto e não necessariamente ter-se a execução da guerra realizada por apenas dois ou mais exércitos formalmente constituídos. A guerra deixa de ser somente entre Estados. Para compreender a Guerra de Quarta Geração, é importante conhecer as gerações de guerra moderna, baseados nas concepções de Lind (2005:12):

a) Primeira geração: entre o Tratado de Westfália (1648) e as Guerras Napoleônicas. Período que o Estado possui a exclusividade da guerra (antes feita, também, por tribos, famílias, clãs, etc.). Esses conflitos ocorreram antes da Revolução Industrial, caracterizadas pelo campo de batalha ordenado, combate linear, guerra de linha-e-coluna, formações cerradas. A doutrina de guerra era baseada na disciplina e obediência.

b) Segunda geração: caracteriza os conflitos ocorridos durante a era industrial e se estende até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Baseia-se no fogo concentrado, sincronização de movimentos; busca-se o atrito pelo uso da artilharia. Aproximar e destruir, ainda com concepção linear, tentativa de empurrar o inimigo. A Guerra de Segunda geração foca no processo.

c) Terceira geração: retorno à tática e à mobilidade (exemplo da *blitzkrieg* ou guerra relâmpago do III Reich alemão), não linear, baseada na velocidade, deslocamento e surpresa; um dos principais objetivos é adentrar na retaguarda do inimigo e causar o colapso. Foco na situação. Descentralização e iniciativa.

d) Quarta geração: o estado perde o monopólio da guerra. Mantém as características evolutivas da terceira geração. Os oponentes não são os estados nacionais, mas grupos que combatem e morrem por uma ideologia, como al-Qaeda, Hamas, Hezbollah e Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

As guerras de quarta geração, irregular e assimétrica ganham amplitude na nova ordem mundial e destacam a importância dos serviços de inteligência, conhecimento de terrenos e dos avanços tecnológicos. Visacro (2011:49) compara as quatro gerações da guerra moderna por meio do quadro 3, identificado nas páginas seguintes.

Quadro 3 – **"As quatro gerações da guerra moderna"**

	GUERRA MODERNA			
	1ª Geração	**2ª Geração**	**3ª Geração**	**4ª Geração**
Contexto histórico	Pré-industrial	Industrial		Pós-industrial
Protagonistas	Atores estatais			Atores estatais e não estatais
Campo de batalha	Linear		Não linear	Não contíguo Indefinido Difuso
Modelo	Guerra metódica (guerra científica)		"Guerra relâmpago"	"Guerra Irrestrita"
Objetivo da batalha	Subjugar o exército oponente	Destruir as Forças militares do inimigo	Provocar o colapso das Forças inimigas da retaguarda para frente	Auferir resultados psicológicos Afetar a opinião pública
Natureza do objetivo	*Física*: terreno e unidades de linha do inimigo		*Física*: sistemas de apoio logístico e de comando e controle. *Psicológica*: decisores militares.	*Psicológica*: decisores políticos e opinião pública
Expressão preponderante	Campo militar			Campo psicossocial
Relação fogo-manobra	Ascendência da manobra sobre o poder de fogo	Ascendência do poder de fogo sobre a manobra	Equilíbrio entre o poder destrutivo e a capacidade de manobra	Irrelevante, pois o que conta é o efeito psicológico da ação
Verbo que tipifica o combate	Marchar Manobrar	Destruir	Avançar	Influenciar

Quadro 3 – **"As quatro gerações da guerra moderna"**

	GUERRA MODERNA			
	1ª Geração	**2ª Geração**	**3ª Geração**	**4ª Geração**
Indicadores mensuráveis da vitória	Estandartes, trens e bocas de fogo aprisionadas	Terreno conquistado e "contagem de corpos" (*body counts*)	Quilômetros percorridos por dia dentro do território inimigo	Espaço na mídia e aceitação popular
Comando e controle	Ações centralizadas (planejamento e execução)		Ações Descentralizadas	Ações Independentes
Atributos decisivos	Ordem e disciplina		Senso de oportunidade e iniciativa	
Exemplos	Guerras Napoleônicas	1ª Guerra Mundial Campanha aliada durante a 2ª Guerra Mundial Operações de busca e destruição realizadas pelos EUA no Vietnã	2ª Guerra Mundial (*Blitzkrieg* alemã) Campanhas israelenses em 1956, 1967 e 1973	- Atentados da Al Qaeda em Nova York, Washington, Madri e Londres. - Combates travados entre as Forças de Defesa de Israel e o Hezbollah, no Líbano, no verão de 2006.
Personagens e entidades	George Washington Frederico, o Grande, Napoleão Bonaparte	Carl Von Clausewitz Ferdinand Foch Ludendorff W. Westmoland	J. F. C. Fuller Liddell Hart Heinz Guderian Erwin Rommel	Al Qaeda Hezbollah Hamas FARC

Fonte: Visacro (2011:54).

De acordo com Pinheiro, "o chamado Conflito de 4ª Geração, também identificado como Conflito Irregular Assimétrico, característico da Guerra Irregular, é consensualmente considerado por analistas militares de diferentes países como o Conflito Armado do Século XXI" (2008:04). As Organizações Revolucionárias Não Estatais, como o Hezbollah, o Movimento Talibã e a Al Qaeda, empregam a Tecnologia da Informação em Conflitos de Quarta Geração, mas Pinheiro ainda ressalta que "a Guerra Irregular ou Assimétrica poderá vir a ocorrer, e, via de regra, ocorrerá, simultaneamente, a uma Guerra Convencional" (2008:04).

Após o evento de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos, país que unilateralmente joga seu peso no sistema internacional, lançam sua ideologia antiterrorismo como forma de justificar suas investidas militares, sua desobediência à ONU e todos e seus atos estratégicos contra os países árabes. Tem início a guerra de quarta geração, assim definida por Visagro:

> A perda do monopólio estatal sobre a guerra; uma mudança de enfoque da vanguarda do exército inimigo para o interior da própria sociedade oponente; os elevados custos para um Estado antepor-se a uma ameaça de quarta geração; o emprego de forças de efetivos bem reduzidos e independentes (ou células), que atuarão com o máximo de iniciativa e liberdade de ação, com ordens do tipo "missão de finalidade" (2009:39).

Os Conflitos Interestatais e Intraestatais

No século XX muitas guerras foram travadas por estados assimétricos. De acordo com Hobsbawm, "O século XX foi o mais mortífero de toda história documentada" (2007:21) e a globalização aumentou o efeito da guerra no mundo devido à interdependência dos países que mantém constante fluxo de relações. E conclui:

> Existe agora, como durante todo transcurso do século XX uma ausência total de qualquer autoridade global efetiva que seja capaz de controlar ou resolver disputas armadas. A globalização avançou em quase todos os aspectos – econômicos, tecnológicos, cultural, até lingüístico – menos um: do ponto de vista político e militar, os Estados territoriais continuam a ser as únicas autoridades efetivas (227:28).

A soberania territorial é hoje questionada à medida que a globalização traz discussões como o fim da Geografia e a necessidade de foros globais para intervir em áreas de soberania territorial. A globalização invadiu fronteiras e o inimigo pretenso não possui um endereço fixo e não está institucionalmente organizado, mas pode emanar do exterior pela transnacionalidade.

Entre os ilícitos transnacionais, de acordo com Collins, podemos citar lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, corrupção pública, infiltração de negócios ilegais, seguros e falências fraudulentas, crimes feitos pela internet, tráfico de armas, terrorismo,

seqüestro de aeronaves, pirataria, tráfico de pessoas, comércio de órgãos, entre outros.

O século XXI mostra que a guerra entre estados está em profundo declínio e abre espaço para as guerras periféricas. De acordo com Huntington, "A rivalidade das superpotências é substituída pelo choque das civilizações" (2010:24). Os conflitos internos, as ações de grupos armados, em países com diferenças étnicas, culturais e religiosas tornam-se cada vez mais sérios.

As relações de desenvolvimento e segurança e os eventos em âmbito regional adquirem relevância no cenário internacional, como por exemplo, ainda no século XX, a Guerra contra o Iraque. Segundo Buzan: "A guerra de 1990/91 contra o Iraque foi tanto parte da mudança em direção à segurança regional quanto o evento de abertura da era "unipolar" pós-Guerra Fria" (2009:274-275).

A segurança regional passa a ser importante para a segurança global. O atentado de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, embora executado por agentes não estatais e com prejuízo para um único país, colocou em papel central na agenda internacional a Guerra Global contra o terrorismo. Como afirma Buzan: "A declaração de guerra ao terrorismo reacendeu o interesse no uso da força em geral e de todo o tópico da guerra em particular" (2009:346).

Os indivíduos da rede terrorista que cometeram o atentado foram associados, pelos norte-americanos, à Al-Qaeda e Bin Laden e posteriormente a uma área do mundo: o Oriente Médio. A guerra tal como preconizada por Napoleão, Clausewitz e Foch, torna-se uma guerra clássica, algo do passado, superada pela nova guerra: a Guerra do Futuro.

Seguindo os estudos de Joseph Nye (1996), os conflitos atualmente podem ser de balança global quando ocorrem entre duas potências, de balança regional quando ocorrem motivadas pela hegemonia regional e conflitos internos, no seio da comunidade. Almeida, baseado nos custos de um enfrentamento entre grandes potências, afirma que dificilmente ocorrerá uma guerra total e entende que os conflitos serão resolvidos por negociações:

> Quando necessário, elas recorreram às guerras localizadas e aos conflitos militares por procuração – *proxi war* – que não mais envolverão, porém, a escalada final, isto é, a destruição completa do inimigo, pois isso poderia significar a sua própria destruição, quando não uma hecatombe em escala planetária (2012:172).

Os Estados Unidos desenvolvem a guerra preventiva ou pré-emptiva. A Guerra Moderna ocorre com eventos na periferia e aumento das guerras intraestatais. Os exércitos formalmente institucionalizados, sob o comando de um poder central político,

cedem espaço para milícias, terroristas, e outras entidades de cunho privado com interesses particulares (Buzan, 2009).

A incerteza da guerra indica que não há como se descartar nenhuma hipótese de emprego para as forças armadas. Esse leque inclui não apenas a destinação original – um conflito armado convencional, com diferentes possíveis níveis de intensidade – como também o uso em combate a crimes transfronteiriços (missão subsidiária, mas cada vez mais freqüente), combate ao terrorismo e, também de forma acessória, em missões humanitárias.

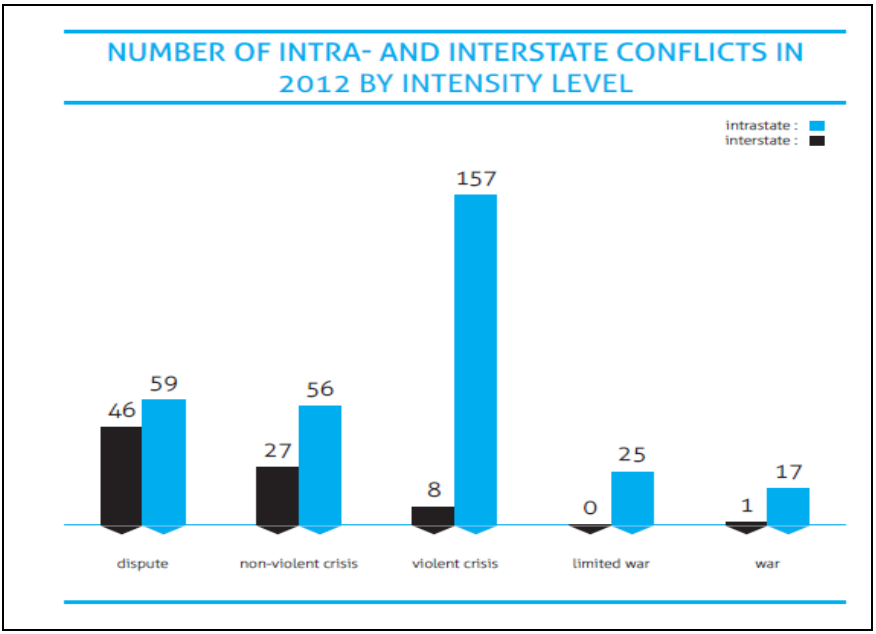
Os conflitos periféricos, no pós-Guerra Fria, ocorrem com mais freqüência e tornam-se guerras civis, pois se inserem no contexto da guerra cultural como defendido por Huntington, como conflitos étnicos, religiosos e culturais. E embora seja remoto um conflito entre superpotências, Almeida destaca que: "os principais focos de tensão continuam interestatais: Israel - países-árabes, conflito indo-paquistanês em torno da Cachemira, as duas Coreias" (2012:180).

Considerando que o conflito é um "choque de interesses, ou posições diferentes, sobre valores nacionais, que venha a ter alguma duração e magnitude significativa entre ao menos duas partes (grupos organizados, Estados, grupos de Estados, organizações) que estejam determinadas a perseguir estes interesses" (2006). Os choques no

século XXI colocam em campo antagônico grupos que diferem étnica e culturalmente.

Dessa forma, o autor afirma que, com o sistema unipolar, ocorre uma diminuição dos conflitos entre estados, mas um aumento nos conflitos dentro de estados, ou intra-estatais. Para exemplificar, toma-se a edição 2012 do "Conflict Barometer" do Heidelberg Institute for International Conflict Research, que compara o número de conflitos entre e intra-estados ocorridos em 2012 conforme quadro a seguir:

Gráfico 1 – **"Conflitos Intraestatais e Interestatais"**



Com a consolidação da hegemonia americana, aparentemente diminuem as chances de um conflito convencional de alta intensidade - embora a constante instabilidade no Oriente Médio e a recente tensão na Península Coreana sirvam de alerta – direcionando uma crescente atenção, segundo Meigs, para "aplicar capacidades assimétricas durante abordagens idiossincráticas em ambientes não convencionais" (2004:12). Isso exige um complexo preparo para as múltiplas funções:

> Agora que a ameaça não convencional é tão ligada à defesa nacional, líderes militares devem ser treinados. As organizações militares devem ser capazes de trabalhar em um campo de atividades bem mais amplo do que aquele do ambiente militar convencional. A consolidação da capacidade convencional e não convencional e a capacidade dos terroristas atacarem nos níveis operacionais e estratégicos exigem um novo contexto doutrinário. O militar não pode ser usado apenas para combater a próxima guerra mundial. Os líderes devem ser treinados para reconhecerem os sinais de advertência e expandirem os seus meios de abordagem deste novo ambiente (2004:12).

A hegemonia norte-americana, longe de proporcionar uma estabilidade, estimula o uso de alternativas não convencionais, em caso de um ataque americano, conforme exemplifica Pinheiro, ao citar o livro chinês "Guerra Irrestrita", divulgado em 1999:

> Este livro, até hoje, chama a atenção da mídia ocidental por advogar o emprego de uma multiplicidade de meios militares e, particularmente, não militares, para um ataque aos EUA, na eventualidade de um conflito. A violação de sites da Internet; o ataque cibernético às redes informatizadas de comunicações,

transportes, e instituições financeiras, dentre outras; o desencadeamento sistemático do terrorismo seletivo e indiscriminado, e da guerra psicológica, por meio de exploração da mídia; o potencial aproveitamento da guerrilha urbana; e a ameaça de que Pequim pode vender armas de destruição em massa para países e organizações que apóiem o terrorismo, destacam-se entre as táticas, técnicas e procedimentos preconizados naquela obra. "na guerra irrestrita, a primeira regra é a de que não existem regras. Nada é proibido" (2008:09).

A nova edição do Manual de Campanha do Exército dos EUA (FM) 3-0, *Operations*, corrobora a posição de Burke no sentido de que esta guerra moderna "não postula uma única ameaça. Pelo contrário, descreve uma gama de ameaças e o provável *modus operandi.* Assim sendo, o *FM* 3-0 aborda a assimetria, as operações urbanas, a contínua ameaça de armas de destruição em massa, e as vantagens providas pela tecnologia a ambas às partes" (2002:10).

O cenário do século XXI, no qual a diversidade de possíveis aplicações militares convive com a pressão das sociedades em relação aos gastos bélicos, exige atenção a fatores decisivos, como a tecnologia.

Tecnologias de Guerra

Os avanços tecnológicos ocorrem em velocidade exponencial. As facilidades de troca de informações, aliado ao uso de recursos da tecnologia da informação (supercomputadores, por exemplo), faz

com que a substituição de equipamentos – e a consequente obsolescência dos modelos antigos – ocorra cada vez mais rapidamente.

Em todas as atuais possibilidades de emprego das Forças Armadas, a tecnologia continua a exercer papel fundamental nos destinos dos conflitos. De acordo com Amarante "a tecnologia molda e condiciona a arte da guerra, interferindo nas técnicas de combate, de forma cada vez mais intensa e dominante" (2003:03).

As características de cada conflito, contudo, diferenciam o grau de influência da assimetria tecnologia como fator decisivo. De acordo com Rocha (2011), a Revolução Tecnológica e a Era da Informação são um dos três pontos de inflexão para a Segurança Internacional do século XXI, na qual o "novo modelo econômico baseado na microeletrônica torna-se cada vez mais relevante". Os outros dois pontos, destacados pelo autor, são a queda do Muro de Berlim e os atentados terroristas de 11 de setembro.

O autor destaca quatro áreas do avanço tecnológico que oferecem potencial para revolucionar a natureza da Guerra: capacidade em localizar, identificar e rastrear um número maior de alvos, em uma área maior, por mais tempo; armamento com maior precisão e letalidade; avanço na simulação computacional; maior automação nas operações militares, com redução do tempo em todo

processos. No final do século passado, na Guerra do Golfo, a alta tecnologia tem papel protagonista, conforme exemplifica Amarante:

> Na Guerra do Golfo, na presença da avalanche tecnológica aliada, o Iraque ficou imobilizado, incapaz de atuar infringindo danos às forças aliadas. Sensores e atuadores, operando no espectro eletromagnético, interferiram nas comunicações, neutralizando sistemas de defesa e garantindo uma supremacia eletromagnética, com vistas à anulação de pontos vitais de defesa e do sistema logístico. O resultado foi o envolvimento quadridimensional (caracterizado pelo domínio das três dimensões espaciais e da dimensão eletromagnética) estabelecido pelos aliados, que inibiu o poder militar de Saddam Hussein e que reduziu o Iraque a um contendor cego, surdo, mudo, imobilizado e desprovido de vontade de lutar... (2003:04).

No Afeganistão, entretanto, a fórmula de uso intenso da tecnologia, por si só, não apresenta os mesmos resultados. Sun Tzu já expunha esse argumento: "a vitória na guerra não se repete, ela se adapta e varia sempre" (2012:72). Em uma guerra irregular, a influência da tecnologia não é tão decisiva, conforme aponta White: "Em um conflito irregular, a sociologia, a psicologia e a história terão mais que dizer a respeito da natureza do conflito, inclusive sobre a sua persistência e intensidade" (2004:15).

Na visão de Amarante, o progresso tecnológico repercutirá no desenrolar dos próximos conflitos: "a tecnologia de ponta proporcionará a capacidade de ver a maiores distâncias, disparar armas de maior alcance e mover-se mais rápido do que em qualquer

campo de batalha anterior. A tecnologia proporcionará enorme quantidade de informações, grande parte em tempo real" (2003:16).

Para isso, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos selecionou tecnologias críticas para assegurar a superioridade qualitativa dos seus sistemas de armas: Materiais Semicondutores e Microeletrônica, Produtividade de *Software,* Fotônica, Materiais Compostos, Computação Paralela, Inteligência Artificial e Robótica, Simulação e Modelamento, Ambientação de Sistemas de Armas, Supercondutividade, Potência Eletromagnética, Sensores Passivos, Radares Sensíveis, Processamento de Sinal, Tratamento de Dados, Dinâmica dos Fluidos, Computacional, Controle de Assinaturas, Propulsão com Tomada de Ar, Projéteis Hipervelozes, Materiais de Alta Densidade Energética e Biotecnologia.

Cada uma dessas tecnologias críticas pode, se bem utilizada e integrada, desequilibrar uma contenda. Amarante analisa a influência tecnológica nas três funções científico-tecnológicas operacionais básicas em um conflito: sensores, processadores e atuadores.

Nos sensores, há notável expansão da exploração do campo eletromagnético, abrangendo o ultravioleta, o infravermelho, as ondas milimétricas, as microondas e a rádio freqüência, com utilização em radar Doppler, detector de radiação eletromagnética, veículos aéreos não tripulados - VANT, óculos de visão noturna, sensor por imagem térmica e telêmetro a laser.

Outros termos podem designar um VANT: Aeronave Remotamente Pilotada (ARP) ou drone. Os Vants são usados no meio militar e civil, como por exemplo, seu emprego na agricultura para melhorar a produção. No meio militar, os VANT podem se usados pelas forças aérea, marinha e terrestre, dependendo das características e finalidades de cada aparelho.

Nos processadores, os exemplos também são variados: computadores cada vez mais potentes, rede de transmissão de dados (modem e data-link), avião de C³I (Comando, Controle, Comunicações e Inteligência) para interceptação aérea, satélite de comunicação, satélite para posicionamento topográfico (*GPS*) e centro de C³I para processamento e exposição de dados em tempo real.

Quanto aos atuadores, destacam-se vários tipos de mísseis (antimíssil, anti-radiação, anticarro, de cruzeiro, ar-superfície, ar-ar além do alcance visual), bombas com guiamento (popularmente chamadas de "inteligentes", pois possuem precisão muito maior) de várias aplicações, como bombas de onda de choque e penetrante, lançadores múltiplos de foguetes, aviões multifunção com aviônica para combate noturno e em qualquer tempo, aviões "invisíveis" ao radar (tecnologia Stealth), VANT (dependendo do modelo, podem aliar capacidade de emprego de armamento à função de

sensoriamento) e equipamentos de guerra eletrônica para negar a livre utilização do espectro eletromagnético.

Os drones ou VANT alteram e diminuem as perdas em uma guerra que adquire outro significado, quando é apenas material de guerra que se perde em caso de abate e não vidas de soldados que se expõem nas antigas frentes de batalhas ou trincheiras, como o exemplo da Primeira Guerra Mundial. Estes importantes avanços tecnológicos, na leitura de Buzan, modificam a estratégia e as táticas de guerra, bem como a relação sociológica da guerra entre civis e militares.

A atividade de Inteligência ganha importância na identificação da real capacidade do oponente em deter cada tecnologia crítica, traduzida na disponibilização de equipamentos e armamentos. Quando o oponente não é um Estado-Nação, esse trabalho de inteligência fica mais dificultado ainda.

O desenvolvimento tecnológico se relaciona com todos os aspectos do conflito. As imagens dos ataques precisos realizados na Guerra do Golfo foram amplamente divulgadas. O uso de uma bomba inteligente, em vez de um armamento sem sistema de guiagem, reduz o risco de um dano colateral: atingir uma instalação civil (escola, hospital, por exemplo) próxima ao alvo pode ser fartamente explorado pela Guerra da Informação.

Guerra da Informação

A Guerra da Informação, ou Guerra Midiática, é outro conceito há muito aplicado, mas que ganha nova roupagem no século XXI, devido à disseminação, no cotidiano, de informações com poder de influenciar a opinião pública. Em qualquer lugar do globo, é enorme a chance de se encontrar um aparelho celular despercebido capaz de produzir filmes e imagens, e de divulgá-los instantaneamente. Via internet ou via canais abertos de televisão, o efeito da exibição de uma cena na qual um soldado tortura um civil ou age com violência excessiva, por exemplo, pode ser mais devastador do que o de um míssil.

Voltando à abordagem clássica, Stein afirma que a Guerra da Informação consiste no uso de informação para alcançar objetivos nacionais. Assim como a diplomacia, a competição econômica ou o emprego da força militar, a informação em si mesma é um aspecto-chave do poder nacional. Os exemplos são variados, incluindo a propaganda como esforço de influenciar o moral nacional e de apoiar as forças armadas de uma nação. Conforme Stein:

> E, embora a guerra de informação venha a ser conduzida em larga medida, mas não integralmente, através das redes de comunicação de uma sociedade ou de suas forças armadas, ela não se cinge fundamentalmente a satélites, fiação e computadores. Cinge-se a influenciar os seres humanos e às decisões que eles

tomam. O alvo da guerra de informação é, assim, a mente humana, em particular as mentes que tomam decisões-chave na guerra ou na paz, e, da perspectiva militar, aquelas mentes que decidem se, quando e como empregar os meios e capacidades embutidos em suas estruturas estratégicas (1995).

Em um contexto de globalização e com comunicação rápida, o uso de elementos especializados nessa área é fundamental. A tecnologia midiática torna-se cada vez mais relevante. As câmeras digitais, computadores, filmadoras, gravadores, videofones transmitem informações para o mundo todo em tempo real, e esta aceleração de informações modificam os processos de segurança. A comunicação em rede, a internet torna-se alvo de forte vigilância tanto dos Estados quanto de grupos armados. O ciberespaço entra em evidência.

A Guerra da Informação é vantajosa por tentar atingir o objetivo com menor uso da força e, geralmente, com menor dispêndio de recursos. Tais características também se fazem presentes na Guerra Cibernética.

Ciber war

No contexto tecnológico, segundo analise de Allen (2004) outra vertente específica de conflito que pode ter efeito decisivo é a Guerra Cibernética, que Pinheiro assim conceitua: “Guerra

Cibernética corresponde ao uso ofensivo e defensivo de informações e sistemas de informação para negar, explorar, corromper ou destruir valores do adversário baseados em informações, sistemas de informação e redes computadorizadas" (2008:09).

As potencialidades da guerra cibernética, por ser uma opção vantajosa de impor a vontade de uma maneira velada, como no emprego dos Estados Unidos contra as centrífugas enriquecedoras de urânio do Irã, são apontadas da seguinte maneira por Jorge:

> Com o apoio israelense, os EUA teriam desenvolvido um complexo vírus de computador, inicialmente chamado de "the bug" ("o inseto", ou "a falha/erro" – caso seja usado vocabulário da área de informática), recebendo, depois – quando parte dos "Jogos Olímpicos" vazaram publicamente – a denominação Stuxnet, considerado o primeiro ataque de maiores proporções no qual uma investida cibernética foi usada para causar destruição física – no caso, as centrífugas enriquecedoras de urânio do Irã. O Stuxnet é considerado a arma cibernética mais sofisticada já empregada (2012:45).

Um ataque direto (com bombas ou mísseis, por exemplo) às centrífugas iranianas traria o risco de um contra-ataque perigoso, que poderia incluir alvos em Israel, nos Estados Unidos e em qualquer parte do mundo (embaixadas e consulados, por exemplo). Na visão norte-americana, o que importa é atrasar o desenvolvimento iraniano, como bem analisa Jorge: "Os Estados Unidos têm se utilizado de uma nova dimensão do poder – o "poder cibernético" – e de novas formas de guerra e espionagem – a "guerra cibernética" e a

espionagem cibernética – como instrumentos para alcançar objetivos de política externa" (2012:45).

No cenário atual, conforme visto nesse último capítulo, muitos termos novos surgem, o que exige constante atualização conceitual. Por mais que uma tendência aparente ser dominante – como a guerra de quarta geração – nenhuma faceta do emprego militar pode ser desprezada.

E o emprego militar depende do fornecimento de recursos naturais finitos. Chahab (2006) alerta que o ambiente de cooperação "só é possível em um mundo de abundância. Na escassez não há amigos, só existem rivais". Assim, à medida que a tecnologia avança, aumenta a dependência de recursos naturais e sua escassez pode significar uma possível fonte de conflitos:

> Enquanto tecnologia e comércio mundial avançam esgotam-se os recursos naturais que sustentam este crescimento. Neste sentido, se a humanidade não modificar sua estrutura dependente destes mesmos recursos esgotáveis que fazem funcionar suas indústrias e meios de locomoção, podemos acreditar que haverão choques entre Estados diferentes na busca destes recursos (Chahab, 2006).

Guerra Nuclear

A tecnologia é uma força significativa, pois as armas nucleares e avanços técnicos são temas centrais nos estudos das relações internacionais. Entre eles podemos citar mísseis balísticos,

mísseis de cruzeiro e armas nucleares. Os Estados Unidos se consagram como superpotência pós-Guerra Fria devido, entre outros, à sua supremacia militar.

O principal foco de preocupação de proliferação nuclear muda de vertical para horizontal, bem como na tecnologia biológica e outras armas de destruição em massa. As guerras intraestatais ganham destaque, aumentando o grau de preocupação com estados falidos e fracos, chamados de estados párias.

Na atualidade, a paz e a guerra entre as nações é pensada num contexto nuclear, pois segundo Almeida "a posse de armas nucleares torna-se o diferencial absoluto de poder, independente do poder econômico relativo de cada um dos contendores" (2012:173). Ter armas nucleares representa projeção de força no cenário internacional e poder de dissuasão.

A preocupação com segurança permanece inalterada nas relações internacionais, mesmo com a maior interdependência e com pouca ou nenhuma probabilidade de guerra total, como afirma Almeida: "Os gastos militares – e o comércio de armas – continuam a se situar entre rubricas de maior importância nos orçamentos nacionais e nos planejamentos setoriais de muitos países, competindo com o uso mais contido de verbas sociais e gastos com formação de

recursos humanos" (2012:203). O mundo vive em uma multipolaridade desequilibrada.

O Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) reconhece o direito de apenas cinco países em possuir armas nucleares: Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido. Em 1998 Índia e Paquistão demonstram suas capacidades nucleares ao testar mísseis. Ao todo, 189 países já aderiram ao TNP. Índia, Israel e Paquistão nunca assinaram o tratado; Coréia do Norte firmou o documento, mas se retirou em 2003.

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), segundo Hirst, "tornou-se o instrumento dos compromissos nucleares estabelecidos entre os Estados, cujas premissas básicas são: a prevenção da proliferação nuclear, a perseguição do desarmamento nuclear e a promoção da utilização pacífica de energia nuclear" (2006:57).

O TNP não consegue impedir que mais países tenham acesso às armas nucleares. O desenvolvimento nuclear da Índia, do Paquistão e da Coréia do Norte comprova a pouca eficiência do TNP. As armas nucleares possuem poder dissuasivo, pois mesmo sem sua efetiva utilização auxilia o Estado a atingir mais facilmente seus objetivos e lhe garante maior proteção contra as ameaças externas.

Desta maneira, bloquear completamente a expansão de armas nucleares é, se não difícil, impossível. Os Estados Unidos, desde o

século XX, tem a pretensão de ser o único país a ter direito aos armamentos nucleares. Ainda segundo Hirst: "A não-proliferação nuclear é uma estratégia dos EUA – e eventualmente de alguns de seus aliados – para impedir Estados, considerados ameaçadores à estabilidade regional ou aos interesses ameaçadores dos EUA e seus aliados, de terem acesso às armas nucleares" (2006:57).

Enfim, a política, a economia e a tecnologia alteram as formas de guerrear. Na política nacional identifica-se o aparecimento e manifestação de grupos com interesses diversos; e na política internacional o surgimento de novos atores governamentais e não governamentais, colocam em cheque a soberania nacional, pois entra em questão a gerência estatal sobre áreas de interesse internacional.

No campo econômico, a globalização e a maior inserção dos estados no comércio internacional com troca de produtos, matérias-primas e tecnologia, ampliam a interdependência e as conexões multilaterais. Os avanços tecnológicos, com armas sofisticadas e de maior precisão, bem como a manifestação de diferentes grupos e interesses, no cenário nacional e internacional, retiram o monopólio da guerra do estado nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de segurança e defesa, segundo Buzan, está intrinsecamente relacionada ao objetivo maior de cada governo federal. Por sua vez, a defesa tem por finalidade garantir a soberania do território nacional, tarefa essa executada pelas Forças Armadas, as quais, no entardecer do século XX, passam a enfatizar a atuação de outros atores que emergem no cenário internacional e alteram as relações de poder.

De uma ordem bipolar, passou-se a unipolaridade e a hegemonia norte-americana. As mudanças nas relações internacionais e a prevalência de atores não estatais geram outras formas de conflito e outros interesses, no âmbito nacional e internacional. A soberania nacional passa a ser questionada, quando o assunto é de interesse internacional e envolve a segurança mundial.

O pensar a guerra sofreu transformações não apenas pelo avanço tecnológico, na forma de tática e estratégia e no modo de guerrear, pois a guerra recebe nova motivação. Enquanto nos séculos XIX e XX queria-se vencer um determinado inimigo externo e atingir uma meta de estado, no século XXI há o aumento de guerras intraestatais motivadas por conflitos étnicos, religiosos e culturais, as quais recebem matizes de guerra civil.

Essas guerras ocorrem em áreas periféricas e, em geral, estão contextualizadas em estados que apresentam disparidades sociais, econômicas e culturais. Grupos nacionalistas, extremistas, terroristas, guerrilheiros, entre outros, ganham atenção internacional e em muitas situações são usados como justificativa para intervenções externas.

De maneira similar, a política de não proliferação nuclear tenta coibir o uso de dispositivos nucleares por parte do outro. Mas quem é o outro? Quem tem direito no cenário internacional ao uso de armas ou dispositivos atômicos? Essas questões e muitas outras de ordem econômica e política ganham pertinência no século XXI. Daí o debate sobre a instalação de uma governança global, ou gerência no campo internacional de problemas e conflitos envolvendo dois ou mais atores.

A questão-chave reside em como analisar contenciosos, conflitos, direitos, deveres e quais os parâmetros a serem estabelecidos pelos mais variados interesses e atores. Quando tratamos da guerra, em geral, partimos de uma percepção centrada no campo realista de análise, onde o sistema internacional é anárquico e carece de uma base legal de ação. Tal base foi instalada em Westfália e atualmente é questionada e tida como superada por alguns estudiosos e teóricos de relações internacionais.

O século XXI exige a revisão de conceitos como soberania nacional, fronteiras, Estado-Nação, conflitos, entre outros. Se a guerra é a política por outros meios, como enfatizou Clausewitz e endossou Aron, então qual é a política e qual é a guerra do nosso século? No campo operacional descrevemos a guerra irregular, a guerra assimétrica e a guerra de quarta geração, mas no campo político, como é feito o emprego da força?

O avanço tecnológico, com o surgimento de armas cada vez mais letais, eficientes e que exponham menos os combatentes, provoca uma verdadeira revolução no modo de guerrear e no modo de pensar a guerra que, além de reafirmar a importância do fator militar nas relações de poder, enfatiza ainda a necessidade de desenvolvimento econômico dos estados, o que corrobora as análises defendidas por Aron.

Embora a globalização tenha acentuado a interdependência dos países no sistema internacional, penso que a dinâmica dos tempos exige maior estudo da comunidade epistêmica sobre as teorias realista e neorealista, quanto ao estado anárquico e as disputas por poder, bem como o grau de interdependência que foi estabelecido entre as nações que conduz ao diálogo, à diplomacia e ao fortalecimento do liberalismo e neoliberalismo.

A internacionalização conduz à necessidade de uma governança global e de criação de regimes internacionais que consigam coordenar as novas relações que ora se estabelecem. Vestfália legitimou a sociedade internacional com seus estados soberanos e, atualmente, discutimos, a soberania dos estados.

A crise do Estado-Nação, a transnacionalidade, o surgimento de novos atores e novos temas na agenda internacional e as modificações ocorridas no modo de pensar e fazer a guerra passam a caracterizar o século XXI, bem como o choque das civilizações e a nova guerra cultural que ora se manifesta nas relações internacionais.

Na nova guerra, o estado emprega força para conter e reprimir grupos descontentes; aumentam os conflitos intraestatais, embora os riscos de conflitos interestatais permaneçam em relevância; com a proliferação da guerra assimétrica e de quarta geração, se desconhece onde está o inimigo, pois campo de batalha é desconhecido, bem como quais suas formas de emprego e combate.

A opinião pública ganha destaque no novo cenário de conflitos pela divulgação em rede dos ataques e combates, os quais podem causar repúdio ou, por outro lado, angariar legitimação nacional e internacional. O aspecto psicossocial é valorizado como fator determinante na guerra do futuro, a atuação militar extrapola o campo de batalha e o universo militar. De acordo com Visagro, o efeito psicológico da ação passa a contar mais que o poder

destrutivo, as manobras e o poder de fogo das forças envolvidas em conflito.

Com base nessas premissas, é acentuado o poder da mídia na divulgação dos fatos. Por isso a ascensão da guerra midiática e a preocupação, por parte de grupos e do estado, com a formação e o modo de influenciar a opinião popular. A guerra extrapola os domínios de objetivo do estado, quanto à invasão e conquista, e há preocupação com a repercussão da violência, pois repousa no jugo popular sua aceitação e legitimidade.

As forças regulares sentem a necessidade de tropas treinadas quanto à inteligência, que se tornem aptas a reagir aos impactos do inimigo irregular que pode estar em todos os lugares. O serviço secreto e os informes são altamente significativos e o avanço tecnológico demanda menor efetivo enquanto prioriza estratégias modernas de ação. A guerra do futuro foge ao controle do estado e adquiri caráter privado e particular.

Enfim, as mudanças no cenário internacional no *modus vivendi* entre os países alteram o *modus operandi* das forças armadas. Da clássica guerra ensinada por Napoleão Bonaparte aos europeus, que ficou imortalizada pelos grandes estrategistas militares, como Clausewitz, chegamos a uma guerra onde a área estratégica não tem definição e muitas vezes o inimigo não tem face.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Globalizando**: ensaios sobre a globalização e a Antiglobalização. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____. **Relações Internacionais e Política externa do Brasil**: a diplomacia brasileira no contexto da globalização. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

AMARAL, Arthur Bernardes. **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

ARARIPE, Luiz de Alencar**. Primeira Guerra Mundial**. In: MAGNOLI, Demétrio (org). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2006.

ARON, Raymond. **Les societés modernes**. Paris: Gallimard, 2006.

_____. Paz e guerra entre as nações. Brasília: UNB, 1986.

_____. Pensar a guerra Clausewitz: a era planetária. Brasília:

_____. **Les societés modernes**. Paris: Gallimard, 2006.

_____. **Sur Clausewitz**. Paris: Éditions Complexe, 2005.

AUGUSTO, Horácio Acácio. **Influências estrangeiras marcantes na formação e na doutrina do Exército Brasileiro:** do descobrimento aos dias atuais. Rio de Janeiro: ECEME, 1991.

BALDET, Marcel. **A vida quotidiana nos exércitos de Napoleão**. Paris: Hachette.

BARBOSA, Elaine Senise. **Gêngis Khan e as conquistas mongóis**. In: MAGNOLI, Demétrio (org). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2006.

BONAPARTE, Napoleão. Notas em MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BONNAL. **L'esprit de la guerre moderne:** de Rosbach à Ulm. Paris: Librarie Militaire Chapelot, 1903.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira**. Aprovada pela Portaria 278/GC3, de 21 de junho de 2012.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. ***The evolution of international security studies***. New York: Cambridge University Press, 2009.

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. **Marechal Castelo Branco:** seu pensamento militar (1946-1964). Rio de Janeiro: ECEME, 1968.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. Brasília: UNB. 1979.

_____. **Princípios de guerra**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1943.

CLERC, Henry. **L´obéissance militaire:** étude juridique. Paris: Charles-Lavauzelle, 1935.

COLIN. **L'éducation militaire de Napoleón**. Paris: Flammarion, 1911.

COLLINS, Alan. ***Contemporary security studies***. Oxford: Oxford University press.

DE BRAY, Pierre. **La troisième guerre mondiale est commencé**. Paris: Presse Continentales, 1958.

DE GAULLE, Charles. **Vers l'armée de métier**. Paris: 1934.

_____. **Por um exército profissional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

DE GAULLE, Charles. **O fio da espada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

DUARTE, Antonio Paulo. **Como fazer a guerra**. Lisboa: Sílabo, 2003.

DUROSELLE, Jean Baptiste. **La décadance** (1932-1939). Paris: Imprimière Nationale, 1979.

EARLE, Edward Mead. **Les maîtres de la strategie**. Paris: Berger-Levraut, 1980.

FOCH, Ferdinand. **De la conduite de la guerre:** la manoeuvre pour la bataille. Paris: Berger-Levrault, 1904.

FOCH, Ferdinand. **De principes de la guerre**. Paris: Berger-Levrault, 1906.

GALLO, Max. **Revolução Francesa**. Porto Alegre: LP&M, 2012.

GARRET, Charles. **Ligne Maginot et dissuasion nucleaire:** continuité de la pensée française? (thèse de doctorat, 3 cycle). Nantes: 1985.

GONÇALVES, Alcindo. COSTA, José Augusto Fontoura. **Governança global e regimes internacionais.** São Paulo: Almedina, 2011.

HIRST, Monica. **Crise de Estado e segurança regional**: novos desafios para a América do Sul. In: CARVALHO, Maria Izabel Valladão de; SANTOS, Maria Helena de Castro (orgs). O século 21 no Brasil e no mundo. São Paulo: EDUSC, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, Samuel. **The soldier and the State**: The theory and politics of civil-Military relations. Harvard University Press.

_____. **O choque das civilizações**: e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JOMINI, Antoine Henri. **Précis de l'Art de la Guerre**. Paris: Éditions Cham Libre, 1977.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra**: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LACROIX, Désiré. **História de Napoleão**. Rio de Janeiro: Garnier, 1904.

LEIS, Héctor Ricardo. **Repensando o estado e a sociedade civil a partir do terrorismo**. In: CARVALHO, Maria Izabel Valladão de. SANTOS, Maria Helena de Castro. O Século 21 no Brasil e no mundo. São Paulo: EDUSC, 2006.

LUCIAN, Regenbogen. **Máximas y sentencias del emperador:** Napoleão Bonaparte. Barcelona: Edhasa, 2001.

MAGNOLI, Demétrio (org). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

MAHAN, Alfred T. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783.** Boston, 1890.

MARMONT. **De l´esprit des institutions militaires.** Paris: Librairie Militaire, 1873

MESSARI, Nizar. GUIMARAES, Júlia Peres. **Os desafios da não-proliferação nuclear**. In: CARVALHO, Maria Izabel Valladão de. SANTOS, Maria Helena de Castro. O Século 21 no Brasil e no mundo. São Paulo: EDUSC, 2006.

MONDAINE, Marco. **Guerras napoleônicas**. In: MAGNOLI, Demétrio (org). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2006.

MOREIRA, Adriano. **Teoria das relações internacionais**. Coimbra: Almedina, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. **Napoleão Bonaparte**: imaginário e política em Portugal, 1808-1810. São Paulo: Alameda, 2008.

OLIVEIRA, Hentique Altemani de. LESSA, Antonio Carlos. **Política Internacional Contemporânea**: mundo em transformação. São Paulo: Saraiva, 2006.

RECOULY, Raymond. **Foch:** essaye de psychologie militaire. Paris: Payot, 1921.

SAQDER, Eder. (org) **Che Guevara**: política. São Paulo: Expressão popular, 2004.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHNEIDER, Fernand. **História das doutrinas militares**. São Paulo: Bertrand, 1975.

SUN TZU. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Emediato, 2012.

TOTA, Pedro. **Segunda Guerra Mundial**. In: MAGNOLI, Demétrio (org). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2006.

VISAGRO, Alessandro. **Guerra Irregular**: terrorismo e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

WIGHT, Martin. **A política do Poder**. Brasília: APRI, 2002.

Documentos Primários

ARCHIVES DE LA MARINE. Vues politique: Napoleão Bonaparte. Paris: Fayart, 1939. p. 298.

Anuário Militar do Brasil, Rio de Janeiro, 1937, ano 4, n.4.

Periódicos

ALLEN, Patrick D. A guerra cibernética entre a Palestina e Israel. **Military Review**. Edição Brasileira. Primeiro Trimestre de 2004.

AMARANTE, José Carlos Albano. O alvorecer do século XXI e a C&T nas Forças Armadas. **Military Review**. Edição Brasileira. PrimeiroTrimestre de 2003.

ARARIPE, Tristão. A organização geral da nação para a guerra. **A Defesa Nacional,** Rio de Janeiro, XVIII, dez. 1930.

ARON, Raymond. Clausewitz e a guerra popular. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 649, p. 54, mai./jun. 1973.

_____. Presença de Clausewitz no século XX. **Military Review**, n. 728, p. 56-57, nov./dez. 1986.

BANDEIRA, Luis Alberto Muniz. A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos. **Revista da Escola Superior de Guerra**, vol. 24, n. 50, 2008.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás. Conceitos Actuais da estratégia Militar Jomini: A arte da guerra JOMINI, Antonie Henri. (1779-1869). **Revista Militar**, n. 2520, Janeiro, 2012.

BURKE, Michael D. Doutrina para uma Força em Transformação: FM 3-0**. Military Review.** Edição Brasileira. Terceiro Trimestre de 2002.

CHAHAB, Martin. A tendência dos conflitos armados. **Revista Achegas.net**, n. 29, Maio/Junho, 2006.

CORREIA NETO, Jonas. Influência Napoleônica no exército brasileiro. **Revista Militar Brasileira**, Rio de Janeiro, ano LVI, v. XCV, p. 79-80, jul./set. 1970.

FÉDOROVA, Katerina. La contribuición histórica de A. T. Mahan. El análisis comparativo de los conceptos geopolíticos: estratégico-militar y natural-orgânico. **Universitas**, n. 17, Janeiro, 2013.

JORGE, Bernardo Wahl G. de Araújo. Estados Unidos, poder cibernético e a "guerra cibernética": Do Worm Stuxnet ao Malware Flame/Skywiper – e além. **Revista Boletim Meridiano 47**, vol. 13, n. 131, Maio-Junho, 2012.

LEITÃO, Fernando. Arte operacional: de Napoleão Bonaparte a John Warden. Notas e Reflexões. **JANUS.NET e-journal of International Relations**, vol. 3, n. 1, Primavera, 2012.

LIND, William S. Compreendendo a guerra de quarta geração. **Military Review**. Edição Brasileira. Janeiro-Fevereiro de 2005.

MARILL, Jeanmn Marc. La doctrine militaire française entre les deux guerres. **Revue Historique de L´Armée,** Paris, n. 184, p.26, 1991.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Guerra é guerra. **Humanidades**, Brasília, n. 03, v. 10, 1994.

MEIGS, Montgomery. Idéias pouco ortodoxas sobre a Guerra Assimétrica. **Military Review**. Edição Brasileira. Primeiro Trimestre de 2004.

NYE, Joseph. Conflicts after the cold war. **The Washington Quartely**, 1996.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. A Tecnologia da Informação e a Ameaça Cibernética na Guerra Irregular do Século XXI. **PADECEME**. Edição 18, 2° quadrimestre 2008, Rio de Janeiro.

ROCHA, Rafael A. Segurança internacional no século XXI: surgimento de um novo paradigma? In: **III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San**

Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). 8 a 11 de novembro de 2011.

STEIN, George J. Guerra de Informação. **Revista Air Power Journal**, 3º trimestre, 1995.

TELLECHEA, Rodolfo Carvalho. *et* al. A disputa dos mares entre Holanda e Inglaterra: a construção do poder naval segundo a perspectiva de Mahan. **Revista de Geopolítica**, vol. 3, n. 2, 2012.

VISACRO, Alessandro. O desafio da transformação. **Military Review**. Edição Brasileira. Março-Abril de 2011.

WHITE, Jeffrey B. Uma ameaça diferente - reflexões sobre a guerra irregular**. Military Review**. Edição Brasileira. Primeiro Trimestre de 2004.

Websites

BERMUDEZ, Brúmmel Vazquez. **A guerra assimétrica à luz do pensamento estratégico clássico**. Ensaio. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/guerraAssimetrica.pdf>. Acesso em: 02/06/2013.

HIICR - Heidelberg Institute for International Conflict Research. **Conflict Barometer 2012**. Disponível em

<www.hiik.de/de/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer_2012.pdf>. Acesso em: 09/06/2013.

MAHAN, Alfred Thayer. **Encyclopædia Britannica Online**. Disponível em: www.britannica.com/EBchecked/topic/357900/Alfred-Thayer-Mahan>. Acesso em:17/06/2013.

SANTOS, Waldeir Eustáquio dos. A Geopolítica da Turquia: da Guerra Fria aos dias atuais. Anais do **Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI).** Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <www.ufrgs.br/sebreei/2012/wp-content/uploads/2013/01/Waldeir-dos-Santos.pdf>.

BIOGRAFIAS

SOBRE A AUTORA



Adriana Iop Bellintani é graduada em Estudos Sociais pela Universidade Imaculada Conceição. Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em História Ibero-Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Doutora em História Social pela Universidade de Brasília e Pós-doutora em História pela Universidade de Brasília,

com bolsa na Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais, em Paris. É autora do livro "Conspiração contra o Estado Novo", que trata do movimento conspiratório movido no Uruguai por grupos de esquerda contra o governo de Getúlio Vargas. No doutorado defendeu a tese "A Missão Militar Francesa Junto ao Exército Brasileiro" que analisa as relações internacionais bilaterais entre Brasil e França, no período entre guerras, dando ênfase aos temas: política e poder, doutrina, estratégia, tática e pensamento militar. No pós-doutorado trabalhou com relações bilaterais entre França e Uruguai na formação do Exército como força regular no Uruguai. Atualmente é vice-presidente da Associação Nacional de História, seção Roraima (ANPUH/RR), desenvolve pesquisas na área de Relações Internacionais junto ao Laboratório de História das Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima, é professora efetiva e coordenadora do curso de História na Universidade Estadual de Roraima.

SOBRE O AUTOR



Mauro Bellintani é bacharel em Ciências Aeronáuticas com habilitação em Aviação Militar pela Academia da Força Aérea, sediada em Pirassununga-SP. Ingressou na Força Aérea Brasileira (FAB) em 1984, na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Barbacena-MG. Possui, dentre outros, os Cursos de Tática Aérea, de Piloto de Caça, de Controlador Aéreo Avançado, de Planejamento e

Emprego de Armamento Aéreo, Curso Básico de Inteligência, de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Concluiu Pós-Graduação *Lato Sensu* – MBA em Gestão Pública pela Universidade Federal Fluminense. Possui mais de 4.000 horas de voo em diversas aeronaves, como F-5 Tiger II e A-29 Super Tucano. É Líder de Grupo da Aviação de Caça. Dentre as principais funções exercidas, destaca-se: Chefe da Seção de Inteligência do 3º/10º Grupo de Aviação (Santa Maria-RS), Oficial de Doutrina do 1º/14º Grupo de Aviação (Canoas-RS), Comandante do Primeiro Esquadrão e Chefe da Seção de Operações do Grupo de Transporte Especial (Brasília-DF) e Comandante do 1º/3º Grupo de Aviação (Boa Vista-RR). É Coronel Aviador e atualmente ocupa o cargo de Comandante da Base Aérea de Boa Vista.

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção "Comunicação & Políticas Públicas" e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período.

O texto deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 90 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de

identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Coleção "Comunicação & Políticas Públicas"

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.

 + 55 (95) 8116-5199 /  nupsbooks@gmail.com

 www.livroeletronico.net